

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 216/2020
Data: 18/12/2020**

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
BR DO MAR FICA PARA 2021 E PREOCUPA SETOR PORTUÁRIO.....	4
CONSULTA PÚBLICA SOBRE DESESTATIZAÇÃO DA CODESA TEM INÍCIO NESTA SEXTA.....	5
FREDERICO BUSSINGER: FERROVIAS PODEM MORRER NA PRAIA... DE SANTOS.....	6
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	7
ANTAQ APROVA ABERTURA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PRIMEIRO PROJETO DE DESESTATIZAÇÃO DE PORTOS PÚBLICOS DO BRASIL.....	7
PORTAL PORTO GENTE	8
PORTO DO RIO DE JANEIRO REALIZA AÇÃO SOCIAL COM ENTREGA DE CESTAS BÁSICAS NO BAIRRO DO CAJU.....	8
MULTILOG É A EMPRESA DE LOGÍSTICA NÚMERO UM NO RANKING GPTW RS, CATEGORIA MÉDIAS EMPRESAS.....	8
CORREIO BRAZILIENSE - DF	9
MINISTRO DE MINAS E ENERGIA CONFIRMA MAIS UM LEILÃO DE PETRÓLEO DA CESSÃO ONEROSA.....	9
APROVADA ABERTURA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 1º PROJETO DE PRIVATIZAÇÃO DE PORTOS.....	10
ABTRA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TERMINAIS E RECINTOS ALFANDEGADOS	10
PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL É AUTORIZADO A INICIAR PROCESSO DE ARRENDAMENTO DE INSTALAÇÕES.....	10
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	11
COALIZÃO PORTUÁRIA PEDE INCLUSÃO DE TRABALHADORES PORTUÁRIOS NO GRUPO PRIORITÁRIO DA VACINA DE COVID-1911	
FENOP E OUTRAS ENTIDADES DA COALIZÃO PORTUÁRIA PARTICIPAM DE REUNIÃO DA CONAPORTOS.....	12
PORTO DE IMBITUBA ATUALIZA NORMA DE ATRACAÇÃO DE NAVIOS.....	12
GESTORES DA CODESA VISITAM ARMAZÉNS REVITALIZADOS DAS DOCAS DO PARÁ.....	13
MAERSK MÉXICO E AMÉRICA CENTRAL: AS TAXAS DE FRETE MARÍTIMO VÃO SUBIR PARA 30% EM 2021 DEVIDO À MENOR OFERTA DE CAPACIDADE.....	13
O POVO - CE	14
PORTO DO PECÉM VOLTA A RECEBER NAVIOS DA PETROBRAS COM COMBUSTÍVEL LÍQUIDO.....	14
GAZETAWEB.COM.....	15
TERMINAL DO PORTO DE MACEIÓ VAI A LEILÃO NESTA SEXTA-FEIRA.....	15
ISTOÉ - DINHEIRO	16
CS BRASIL VENCEU NESTA SEXTA-FEIRA O LEILÃO DA ÁREA PORTUÁRIA ATU18.....	16
GUEDES ADMITE QUE ESPERAVA AVANÇAR COM MAIS ÍMPETO NAS REFORMAS.....	16
PUBLICADO O EDITAL DE CONCESSÃO DE AEROPORTOS DA 6ª RODADA.....	17
MINISTRO TARCÍSIO ESTÁ INTEIRAMENTE DE ACORDO E ‘NÃO É FURA-TETO’, DIZ GUEDES.....	18
GUEDES DIZ QUE BOLSONARO INDICOU NECESSIDADE DE SALVAR VIDAS E PRESERVAR EMPREGOS.....	18
EXTRA ONLINE	19
GREVE NO SETOR DE OLEAGINOSAS DA ARGENTINA PROSEGUE; EXPORTAÇÕES SÃO AFETADAS.....	19
CONSUMO DE GÁS NATURAL NO BRASIL SOBE 40% EM OUTUBRO ANTE SETEMBRO, PUXADO POR TÉRMICAS.....	20
BRASIL QUER EXPORTAR 6% MAIS CARNE BOVINA EM 2021, MIRA NOVOS MERCADOS.....	21
MÍNÉRIO SALTA 6% PARA MAIS DE US\$160/T NA CHINA, O PRODUTO MAIS 'QUENTE' DO ANO.....	22
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	22
DISTRIBUIDORAS DE GÁS DO CENTRO-SUL LANÇAM NOVA CHAMADA PÚBLICA EM 2021.....	22
JUSTIÇA FEDERAL DERRUBA ÚLTIMA LIMINAR CONTRA METAS DO RENOVABIO.....	23
EQUINOR ANUNCIA ACORDO PARA PRESERVAÇÃO E REFLORESTAMENTO DE MATA ATLÂNTICA NO BRASIL.....	24
JORNAL O GLOBO – RJ	25
PETROS PEDE À JUSTIÇA PARA NÃO RECEBER R\$ 2,9 BILHÕES DA PETROBRAS.....	25
COM MARCA DESGASTADA POR ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO, GRUPO ODEBRECHT TROCA NOME PARA NOVONOR.....	26
CÂMARA APROVA LIBERAÇÃO DE R\$ 177,7 BI PARADOS EM FUNDOS PARA COMBATE À PANDEMIA.....	27
EM VIAGEM À BAHIA, BOLSONARO ASSINA MEDIDAS PARA PERMITIR QUE EMPRESAS RENEGOCIEM DÍVIDAS COM FUNDOS REGIONAIS.....	28
PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CONCESSÃO DA CEDAE É ADIADA PARA O DIA 22 DE DEZEMBRO.....	29
'O CAPÍTULO MAIS IMPORTANTE VEM AGORA, A VACINAÇÃO EM MASSA', DIZ GUEDES SOBRE COMBATE À PANDEMIA.....	30



O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	32
RS TEM MAIS 1.150 KM DE RODOVIAS COM MODELAGEM NO BNDES, DIZ GOVERNADOR	32
INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO DESPENCA PARA US\$ 1,5 BILHÃO EM NOVEMBRO	32
GRUPO ULTRA PÕE À VENDA REDE DE FARMÁCIAS EXTRAFARMA PARA FOCAR EM ÓLEO E GÁS	33
LEILÃO DA ANEEL MOVIMENTA R\$ 7,3 BI E TEM 'NOVATA' DO SETOR COMO DESTAQUE	35
VALOR ECONÔMICO (SP).....	36
QUATRO TERMINAIS PORTUÁRIOS VÃO A LEILÃO; ASCENSUS, CS BRASIL E TIMAC AGRO LEVAM ÁREAS.....	36
ÉLETOBRAS, CORREIOS, PPSA E PORTO DE SANTOS “SÃO PRIVATIZAÇÕES ÓBVIAS”, DIZ GUEDES.....	37
GREVE NA ARGENTINA MANTÉM 85 NAVIOS ATRACADOS E 44 À ESPERA DE LIBERAÇÃO PARA EMBARQUE DE FARELO	38
NA FALTA DE LEILÕES, MERCADO LIVRE SUSTENTA VENDA DE EQUIPAMENTOS	38
COSAN VAI LUTAR PELA GASPETRO E RETOMAR IPO DA COMPASS	40
G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO.....	42
TERMINAL HIDROVIÁRIO DE SANTARÉM DEVE FICAR PRONTO NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2021, DIZ CPH.....	42
AGÊNCIA BRASIL - DF.....	43
O NOVO MINISTRO DO TURISMO, GILSON MACHADO, O SENADOR FERNANDO COLLOR, E O PRESIDENTE DA	43
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	44
WILSON SONS CONSTRUIRÁ 6 REBOCADORES A PARTIR DO 1º TRIMESTRE DE 2021	44
PORTOS PREVEEM CRESCIMENTO NA CABOTAGEM COM BR DO MAR.....	45
SETOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PREVÊ CRESCIMENTO DE 6,9% EM 2021	46
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA.....	47
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	47



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

BR DO MAR FICA PARA 2021 E PREOCUPA SETOR PORTUÁRIO

Com projeto de lei da cabotagem sendo votado no próximo ano, Reporto perderá a validade
Da Redação



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.120583:1601326099/Porto-de-Santos-Navios.JPG?f=2x1&\\$p\\$f=a64fe4b&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.120583:1601326099/Porto-de-Santos-Navios.JPG?f=2x1&pf=a64fe4b&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

Tarcísio se reuniu, por videoconferência, com presidentes de associações empresariais portuárias (Foto: Matheus Tagé)

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, informou a representantes do setor portuário, em videoconferência na última segunda-feira, que o Projeto de Lei 4.199/20 (BR do Mar) só deve ser votado pelo Senado no próximo ano. A situação acende um alerta, pois, no texto, consta a prorrogação do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto), que vence em 31 de dezembro.

O Reporto prevê a isenção de tributos na compra de equipamentos para a modernização do segmento portuário.

O correndo neste ano, a aprovação do PL da BR do Mar ampliaria automaticamente o Reporto até dezembro do ano que vem. Com o texto sendo apreciado pelo Senado em janeiro, o regime perderá a validade, prejudicando planos de investimentos no setor.

Segundo Sérgio Aquino, presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), o Ministério apoia a defesa do Reporto, mas não vê garantia de votação no Senado neste ano. Na reunião de segunda-feira, de acordo com ele, o ministro Tarcísio pediu que as entidades continuassem atuando e atentas a esse processo.

“Se for votado (o PL da BR do Mar, com o Reporto) só para fevereiro, essa insegurança jurídica vai fazer com que todos os investimentos previstos para janeiro e fevereiro, tanto portuários como ferroviários, sejam interrompidos”, disse o presidente da Fenop.

A Tribuna entrou em contato com Ministério da Infraestrutura, que confirmou o teor da reunião. Porém, ao ser questionada sobre de que forma trabalha para tentar manter as isenções, a pasta se limitou a informar que “a prorrogação por um ano (do Reporto) consta do PL (BR do Mar) aprovado na Câmara e que aguarda a deliberação do Senado para o início do ano que vem, logo após a retomada dos trabalhos”.

Obstruções

O projeto de lei da BR do Mar foi aprovado pela Câmara dos Deputados no último dia 7, mesmo tendo sido pautado em agosto. O projeto que visa incentivar a cabotagem sofreu diversas obstruções de parlamentares do Centrão e da oposição, que esvaziaram as sessões e impediram a votação de pautas, entre elas o próprio PL 4.199/20.

BR do Mar

Ao propor o programa de incentivo à cabotagem, o BR do Mar, o Governo Federal busca aumentar a oferta de embarcações para esse tipo de navegação comercial ao longo da costa, promover um ambiente de maior concorrência e reduzir custos no setor. Com a aprovação do projeto, a estimativa

é aumentar em 40% a capacidade da frota marítima dedicada a esse tipo de navegação nos próximos três anos.

O Ministério da Infraestrutura também aposta na ampliação do volume de contêineres transportados por ano até 2022 em 65%, além da expectativa de que a navegação de cabotagem passe a crescer 30% ao ano com as mudanças propostas no PL.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 18/12/2020

CONSULTA PÚBLICA SOBRE DESESTATIZAÇÃO DA CODESA TEM INÍCIO NESTA SEXTA

O processo visa permitir contribuições e sugestões sobre o contrato de concessão, que será válido por 35 anos, e prevê investimento de R\$ 3 bilhões no complexo marítimo

Da Redação



[https://www.tribuna.com.br/image/content/d/policy:1.101165:1589584034/Porto-de-Santos-Cais-do-Saboo-Rodrimar.jpg?f=2x1&\\$p\\$f=d1dbb7b&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.tribuna.com.br/image/content/d/policy:1.101165:1589584034/Porto-de-Santos-Cais-do-Saboo-Rodrimar.jpg?f=2x1&pf=d1dbb7b&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

Concessão da Codesa terá duração de 35 anos, determina Governo (Carlos Nogueira/AT)

A consulta pública sobre a desestatização da Codesa, a Companhia Docas do Espírito Santo, será instaurada nesta sexta-feira (18) e terá duração de 45 dias.

O rito visa permitir contribuições e sugestões sobre o contrato de concessão, que será válido por 35 anos, e prevê investimento de R\$ 3 bilhões no complexo marítimo. O processo é observado com atenção pelas autoridades e demais atores do Porto de Santos, uma vez que este também será privatizado.

Durante o Porto & Mar 2020 - Seminário A Tribuna para o Desenvolvimento do Porto de Santos, realizado no primeiro dia deste mês, o secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Diogo Piloni, e a secretária especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), do Ministério da Economia, Martha Seillier, destacaram que a experiência com a desestatização da Codesa é um grande aprendizado para a implementação do modelo no cais santista.

Na ocasião, Martha disse a desestatização do Porto de Santos está prevista para 2022, mas que se trata de uma estimativa inicial, uma vez que o BNDES ainda realiza estudos sobre o modelo a ser adotado e outros detalhes da concessão do complexo portuário santista.

Outras privatizações

Além da Codesa, do Porto de Santos e do Porto de São Sebastião, o Porto de Itajaí (SC) também está em fase de estudos. Na quinta-feira, o ministro Tarcísio Gomes de Freitas informou que o BNDES fará os estudos de privatização da Companhia Docas do Estado da Bahia (Codeba).

A primeira

A Codesa será a primeira estatal federal administradora de portos a ser privatizada. De acordo com o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), ainda serão definidos os investimentos mínimos em infraestrutura em reforço ou ampliação de berços de atracação, dragagens de aprofundamento e manutenção, melhorias nos acessos terrestres, entre outros.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 18/12/2020

FREDERICO BUSSINGER: FERROVIAS PODEM MORRER NA PRAIA... DE SANTOS

As metas ferroviárias do Plano Mestre (para o complexo portuário santista), incluindo as do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ, para o porto organizado), são bastante ambiciosas

Por *Frederico Bussinger*



[https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1.133515:1608298133/Coluna-Porto-Mar-Ilustrac-o-Arte-Padron.jpg?f=2x1&\\$p\\$f=01f9e49&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1.133515:1608298133/Coluna-Porto-Mar-Ilustrac-o-Arte-Padron.jpg?f=2x1&pf=01f9e49&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

Frederico Bussinger: Ferrovias podem morrer na praia... de Santos (Ilustração: Padron)

**“Chegar é uma coisa; ultrapassar é outra”
(Bordão da F1)**

O mapa das ferrovias em solo paulista lembra uma mão espalmada. Nela a palma seria a macrometrópole e os dedos (na diretriz noroeste), a MRS, a FCA (gerida pela VLI) e as duas malhas da ALL (geridas pela Rumo): Oeste e Paulista. Essas se ligam às malhas Sul, Norte e FNS, malhas de outros estados, concessões também da Rumo.

De uma mão espalmada, essas sete ferrovias passam a parecer uma árvore, analogia que permite incluir as duas descidas da Serra, suas “raízes”: i) a cremalheira (São Paulo Railway - 1867, depois Santos-Jundiaí), e ii) a descida “em gravidade” (Sorocabana - 1937).

Ao chegar à Baixada, é como se essas “raízes” se espalhassem: o Plano Mestre vigente (pg. 85) organiza-as em dez trechos para análise. E quando consideradas também as diferentes bitolas (métrica, larga e mista) e administradoras (MRS, Rumo, VLI e Portofer), quase faltam cores para distingui-los, mesmo porque os trechos de cada um não são contínuos (vide, também, Figs. 50 e 51 do PDZ).

Assim, desafios se impõem, qual seja, a compatibilização das capacidades de cinco grandes conjuntos: i) sete malhas interiores; ii) a transposição da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP); iii) a descida da Serra; iv) a circulação na Baixada; v) a circulação interior, tema da coluna de 2/AGO/19, logo após o leilão da FNS: “Após alcançar, o desafio da ferrovia é entrar no porto”.

De imediato a capacidade de projeto. Mas, a seguir, também alinhamentos no timing de implantação e operacional.

Tais dificuldades seriam hoje menores se a proposta do CAP/Santos tivesse sido encampada pelo MT e/ou BNDES na modelagem para as concessões ferroviárias (1995/98): i) excluir todos os trechos ferroviários da Baixada das concessões; ii) agregá-las; e iii) outorgá-las para gestão centralizada e articulação com as concessões no primeiro pátio de intercâmbio (pg. 83). Nesse contexto, seria implantada a “Ferradura” e um CCO. Chegou-se a discutir algo semelhante para as malhas do “Planalto de Piratininga” (RMSP) e, até, a gestão unificada de ambas.

Enfim, algo muito em linha com estratégias adotadas, p.ex, para a “Betuwe Line” (Rotterdam) e a “Chicago ring” (anel da “capital ferroviária dos USA”).

Tal proposta foi aprovada pelo colegiado, formalizada e discutida, salvo engano, em mais de uma reunião. Numa dessas, ouviu-se de um diretor do BNDES algo mais ou menos assim: “O importante agora é privatizar: esses problemas o mercado resolve!”... o que, ¼ de século depois, ainda não aconteceu!

As metas ferroviárias do Plano Mestre (para o complexo portuário santista), incluindo as do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ, para o porto organizado), são bastante ambiciosas. Entre elas, está elevar a participação ferroviária de 28% para 47% na matriz de transportes interiores.

Registre-se, em um porto que se propõe também expandir: das atuais 133,1 para 280,1 Mt/ano (50% até 2040!). Em termos absolutos, isso significa aumento para 80 sobre as 45 Mt/ano atuais: “129 Mt em 2060, o que representa cerca de quatro vezes o volume observado em 2016” (pg. 84).

Ou seja, além complexo e desafiador, é também urgente!

Além da oportunidade, quando da desestatização dos anos 90, uma segunda foi também perdida quando se assinou o contrato da Portofer (2000). Recentemente uma terceira, quando da renovação antecipada da Malha Paulista (Rumo).

Duas novas oportunidades estão à frente: a renovação antecipada da MRS e o fim do contrato da Portofer – oportunidades para uma solução sistêmica que não podem/devem ser desperdiçadas, sob risco de, depois de tanto esforço, as ferrovias (todas elas) acabarem por “morrer na praia”... de Santos. **Fonte : A Tribuna Digital - SP**
Data : 18/12/2020



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ APROVA ABERTURA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PRIMEIRO PROJETO DE DESESTATIZAÇÃO DE PORTOS PÚBLICOS DO BRASIL



https://www.gov.br/antag/pt-br/assuntos/noticias/antag-aprova-abertura-de-audiencia-publica-do-primeiro-projeto-de-desestatizacao-de-portos-publicos-do-brasil/imagem-audiencia-publica2.jpeg/@_images/8cd591ca-e95f-412e-844f-3bc989552686.jpeg

Nesta quinta-feira (17 de dezembro), a Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, aprovou a abertura da consulta pública dos estudos do projeto de desestatização do Portos de Vitória e Barra do

Riacho, administrados pela Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA). Os documentos estarão disponíveis para consulta e contribuições no site da ANTAQ, por 45 dias, a partir do dia 28 de dezembro. A audiência pública presencial será futuramente agendada.

Qualificado no Programa de Parcerias de Investimentos na 3ª Reunião do Conselho do PPI, por meio da Resolução nº 14, de 23/08/2017, convertida no Decreto nº 9.852, de 25/06/2019, é o primeiro projeto de desestatização dos portos públicos no Brasil. Busca-se transferir para a iniciativa privada, que já atua na operação portuária, a gestão das infraestruturas e áreas públicas, trazendo melhorias de gestão operacional e da qualidade dos serviços prestados, além de mais agilidade e capacidade de realizar os investimento necessários.

O projeto, que está sendo estruturado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sob a coordenação do Ministério da Infraestrutura, apresentará os estudos que embasam a modelagem de concessão dos Portos de Vitória e Barra do Riacho, por 35 anos, e os principais aspectos regulatórios para exploração. Assim, será oportunizada para discussão as propostas de tarifário, parâmetros de desempenho, formas de exploração indireta das áreas, sub-rogação de contratos, entre outros. Também serão analisados, em consulta pública, a previsão de investimentos estimados e o potencial de desenvolvimento das áreas greenfield.

Fonte da foto: CODESA

Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviarios



Assessoria de Comunicação Social//ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data : 18/12/2020

Portogente

Fazendo o mundo mais ágil.

PORTAL PORTO GENTE

PORTO DO RIO DE JANEIRO REALIZA AÇÃO SOCIAL COM ENTREGA DE CESTAS BÁSICAS NO BAIRRO DO CAJU

ASSCOM CDRJ - Categoria: Notícias Corporativas

Nesta quinta-feira (17), a Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ), em parceria com as empresas arrendatárias dos terminais do Porto do Rio de Janeiro – Triunfo Logística, ICTSI Rio, Pier Mauá, Terminal de Trigo do Rio de Janeiro (TTRJ) e Multiterminais, realizaram a última entrega de cestas básicas, do ano de 2020, para 105 famílias vulneráveis do Caju, bairro circunvizinho ao porto. A ação social teve o objetivo de minimizar os impactos socioeconômicos causados pela pandemia e já dura nove meses. O objetivo é dar continuidade em outras ações ao longo de 2021.

O diretor de Relações com o Mercado e Planejamento da CDRJ, Jean Paulo Castro e Silva, idealizador do projeto, agradeceu o empenho e a disponibilidade de cada empresa parceira nesta missão de ajudar a quem mais precisa, ao longo desse ano particularmente atípico: “Essa ajuda foi muito importante para o entorno da comunidade portuária e, em 2021, certamente estaremos juntos novamente, realizando outras ações em prol da sociedade”.

As famílias beneficiadas foram mapeadas a partir do cadastro no Centro de Referência e Atendimento Social (CRAS). As cestas básicas, entregues ao longo do ano, incluíram produtos alimentícios, materiais de limpeza e artigos de higiene pessoal em quantidades estimadas para uma família de quatro pessoas. A cada mês, uma das empresas parceiras foi responsável pela compra das cestas sendo que, desta vez, ficou a cargo da Triunfo Logística.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 18/12/2020

MULTILOG É A EMPRESA DE LOGÍSTICA NÚMERO UM NO RANKING GPTW RS, CATEGORIA MÉDIAS EMPRESAS

Oficina das Palavras - Categoria: Notícias Corporativas

Premiada em nível nacional como a empresa de logística número um no ranking das melhores empresas para trabalhar 2020, a Multilog passa a ser reconhecida também pela consultoria global Great Place to Work® (GPTW) em nível estadual. O player recebeu a certificação na categoria médias empresas do Rio Grande do Sul.

A Multilog concorreu com outras 37 corporações que foram finalistas na categoria médias empresas. Somadas às pequenas, médias e grandes, a edição 2020 do GPTW Rio Grande do Sul teve 60 finalistas. Esta é a 4ª certificação do player logístico no ranking gaúcho.

Para garantir a certificação, a Multilog recebeu excelentes avaliações dos colaboradores em quesitos como oferta de oportunidades de desenvolvimento e crescimento na carreira, reconhecimento de talentos internos, promoção do bem-estar, autonomia, inovação e estímulo do colaborador. “Aqui temos um lema: ‘Juntos Somos Melhores’ e buscamos oferecer as melhores condições para que os nossos colaboradores se sintam inspirados a sempre buscar e oferecer o melhor com essa união”, afirma Terezinha Santos, gerente de Gente & Gestão.

Sobre a Multilog

A Multilog possui estrutura e inteligência para desenvolver soluções completas e diversificadas para operações alfandegadas, centros de distribuição e transportes, além de possuir grande expertise nos segmentos químico, de saúde, bens de consumo, automotivo e industrial. Atualmente, conta com 20 unidades de negócio, em quatro diferentes estados (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), e 1,5 milhão de metros quadrados de área alfandegada. A empresa possui mais de 1,5 mil colaboradores e premiações como Top Of Mind, Prêmio Sindusfarma de Qualidade, ISO 9001:2015, Certificação OEA, Great Place to Work (Melhores Empresas para Trabalhar) em níveis estaduais e nacional, entre outros.

Fonte : *Portal Porto Gente*

Data : 18/12/2020

CORREIO BRAZILIENSE

CORREIO BRAZILIENSE - DF

MINISTRO DE MINAS E ENERGIA CONFIRMA MAIS UM LEILÃO DE PETRÓLEO DA CESSÃO ONEROSA

Os campos de Atapu e Sépia, que não foram arrematados no leilão de 2019, voltam à mesa e devem ser ofertados no próximo ano. Acordo entre União e Petrobras foi aprovado pela ANP

Por *Simone Kafruni*



https://imgsapp.impreso.correioweb.com.br/app/da_impresso_130686904244/2014/11/05/148570/20141104220310414347o.jpg

(crédito: Agência Petrobras/Divulgação)

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, confirmou, nesta sexta-feira (18/12), a realização de mais um leilão de petróleo da chamada cessão onerosa em 2021. Os campos de Atapu e Sépia, que não foram arrematados no certame de 2019, voltarão a ser ofertados em 2021. “Os leilões de petróleo foram um sucesso. No

de excedente de cessão onerosa saíram duas áreas e ficaram duas para o ano que vem. Além dos R\$ 60 bilhões arrecadados, haveria um custo de R\$ 200 bilhões por conta dos investimentos que deixariam de ser feitos”, explicou

Albuquerque lembrou que o país bateu recorde de exportação e de produção de petróleo. “Nossa política energética está no caminho certo. Tivemos dois leilões de petróleo este ano no mundo: no Brasil e no Canadá. Saíram 14 áreas no Brasil e apenas uma no Canadá”, afirmou. Albuquerque se referiu ao leilão da oferta permanente de petróleo realizado em 4 de dezembro deste ano.

O leilão da sessão pública do segundo ciclo da Oferta Permanente terminou com arrecadação de R\$ 56,7 milhões em bônus e perspectiva de investimentos de R\$ 160,6 milhões. Foram 14 blocos exploratórios de nove bacias — Santos, Espírito Santo, Campos, Paraná, Amazonas, Recôncavo, Sergipe-Alagoas, Potiguar e Tucano — e dois com acumulações marginais das bacias do Solimões e Recôncavo, num total de 18 áreas.

“O país continua atrativo, vamos voltar aos leilões, além dos dois campos de Atapu e Sépia, de excepcional grandeza, teremos também a 17ª rodada no fim de 2021. Nosso mercado continua atrativo, com a entrada de pequenos agentes”, destacou o ministro.

Primeiro passo

O primeiro passo para a realização do leilão dos excedentes da cessão onerosa foi dado. Segundo o Ministério de Minas e Energia (MME), a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) aprovou, ontem (17/12), as participações acordadas entre a Empresa

Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural (PPSA), como representante da União, e a Petrobras. “Este é mais um passo fundamental para o êxito do leilão vindouro”, informou a pasta.

A negociação entre PPSA e Petrobras era para avaliar os volumes excedentes da cessão onerosa das áreas de Atapu e Sépia e calcular os valores da compensação à estatal pela licitação. Segundo o art. 4º da Portaria 23/2020, as partes (PPSA e Petrobras) deveriam chegar a um acordo em relação às participações da União e da cessionária nas áreas de Atapu e Sépia e submetê-las à avaliação e aprovação da ANP. Isso foi concluído ontem.

Fonte : Correio Braziliense - DF

Data : 18/12/2020

APROVADA ABERTURA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 1º PROJETO DE PRIVATIZAÇÃO DE PORTOS

Finalidade da consulta é receber contribuições e sugestões relativas ao modelo do contrato da futura concessão. O início será em 28 de dezembro com prazo de 45 dias

O governo federal aprovou, nesta quinta-feira (17/12), por meio da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), a abertura da consulta pública sobre os estudos do projeto de desestatização dos portos de Vitória e Barra do Riacho, administrados pela Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa). As audiências serão virtuais e os documentos estarão disponíveis para consulta e contribuições no site da Antaq, por 45 dias, a partir do dia 28 de dezembro. A audiência pública presencial será agendada futuramente.

Para o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, essa é mais uma iniciativa do governo do presidente Jair Bolsonaro que saiu do papel. “Como prometido, teremos a primeira desestatização portuária do Brasil, começando com o Porto de Vitória, e a ideia é a partir desse modelo implantar em outros portos. A desestatização é uma prioridade do governo federal”, destacou Freitas.

Melhorias operacionais

Qualificado durante a 3ª Reunião do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), o projeto é o primeiro de desestatização de portos públicos implantando no Brasil. A ideia é transferir para a iniciativa privada, que já atua na operação portuária, a gestão das infraestruturas e áreas públicas, trazendo melhorias operacionais e na qualidade dos serviços prestados, além de maior agilidade e capacidade de realizar os investimentos necessários.

O projeto, que está sendo estruturado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sob a coordenação do Ministério da Infraestrutura, apresentará os estudos que embasam a modelagem de concessão dos Portos de Vitória e Barra do Riacho, por 35 anos, e os principais aspectos regulatórios para exploração. Assim, serão levados para discussão as propostas de tarifário, os parâmetros de desempenho, as formas de exploração indireta das áreas, a sub-rogação de contratos, entre outros. Também serão analisados, em consulta pública, a previsão de investimentos estimados e o potencial de desenvolvimento das áreas greenfield.

Fonte : Correio Braziliense - DF

Data : 18/12/2020



ABTRA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TERMINAIS E RECINTOS ALFANDEGADOS

PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL É AUTORIZADO A INICIAR PROCESSO DE ARRENDAMENTO DE INSTALAÇÕES

O Ministério da Infraestrutura (Minfra) publicou, na quinta-feira (17), no Diário Oficial da União, o extrato do Convênio de Delegação de Competências, que autoriza a SCPar Porto de São Francisco do Sul (SC) a elaborar os editais e procedimentos licitatórios para o arrendamento de duas instalações portuárias: o Berço 401 e o Terminal Graneleiro.

A Portaria nº 574, de 2018, permite ao Minfra transferir algumas de suas competências para aqueles portos que obtiverem nota mínima de 6,0 (seis) no Índice de Gestão da Autoridade Portuária – IGAP. Este indicador avalia o nível de eficiência operacional, administrativa, de manutenção de acessos aquaviários, de execução orçamentária de investimento, dentre outros.

“Esse movimento de descentralização vem em um momento especial, em que o setor portuário ganhou 13 posições no ranking de competitividade do Fórum Econômico Mundial, cenário que corrobora com a lógica defendida pelo Ministério da Infraestrutura de que as autoridades locais reassumam sua autonomia de gestão”, avalia Diogo Piloni, secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários.

Recentemente, no Prêmio Portos + Brasil 2020, a SCPar Porto de São Francisco do Sul atingiu 8,0 (oito) pontos no índice e atendeu as demais exigências necessárias que a permitem desenvolver os processos de arrendamentos do “Berço 401” e do “Terminal Graneleiro” de São Francisco do Sul. Juntas, as áreas podem atrair investimentos de R\$ 600 milhões para o porto, proporcionando a ampliação da capacidade de movimentação e armazenagem de graneis sólidos, e reduzindo o tempo das operações.

Até então, o Minfra já havia delegado as mesmas competências à Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), no Paraná, que, neste ano, atingiu 9,0 (nove) pontos no IGAP.

Fonte: Informativo dos Portos – MINFRA

Fonte : **ABTRA - Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados**

Data : 18/12/2020



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP COALIZÃO PORTUÁRIA PEDE INCLUSÃO DE TRABALHADORES PORTUÁRIOS NO GRUPO PRIORITÁRIO DA VACINA DE COVID-19

A coalizão portuária enviou ofício ao Ministério da Saúde para solicitar a inclusão dos trabalhadores das instalações portuárias no grupo prioritário na Campanha Nacional de Vacinação contra a COVID-19, nos mesmos moldes ocorridos na Campanha de Vacinação contra Gripe de 2020.

O documento ressalta que as empresas portuárias são prestadoras de serviço essencial e foi isso que impediu que a movimentação e a armazenagem de cargas importadas e exportadas por via marítima fossem paralisadas em razão da pandemia da COVID-19.

“Como forma de evitar a contaminação e proliferação do novo vírus, e considerando os inevitáveis contatos desses trabalhadores portuários com as tripulações dos navios, oriundos das diversas partes do mundo, as empresas adotaram uma série de medidas preventivas junto aos seus colaboradores, evitando a paralisação da atividade e proporcionando o conforto no labor diário, tendo em vista que esses profissionais são imprescindíveis para o funcionamento dos portos.”

A Coalizão também apoiou os pedidos anteriormente efetuados pela FENOP para os portuários e CNT para os motoristas.

A Coalizão Empresarial Portuária é composta pela Federação Nacional das Operações Portuárias (FENOP), a Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres (ABRATEC), Associação Brasileira de Terminais de Líquidos (ABTL), Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP),



Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (ABTRA) e Associação de Terminais Portuários Privados (ATP).

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data : 18/12/2020

FENOP E OUTRAS ENTIDADES DA COALIZÃO PORTUÁRIA PARTICIPAM DE REUNIÃO DA CONAPORTOS

A Federação Nacional das Operações Portuárias – FENOP integrante da COALIZÃO PORTUÁRIA participou nessa quarta-feira (16/12) de reunião com a Comissão Nacional das Autoridades nos Portos – CONAPORTOS representando a COALIZÃO EMPRESARIAL PORTUÁRIA a FENOP apresentou as demandas definidas pelos integrantes do grupo, com destaques para:

- priorização da vacina contra COVID 19 para o setor portuário;
- a priorização do Reporto e aprovação até 31/12/2020;
- cumprimentos pelas recentes indicações para diretoria da ANTAQ, bem como a importância para representação de profissional do setor portuário em futuras indicações;

A Secretaria Nacional de Portos participou do evento e apresentou relatório das demandas recebidas pelas entidades do setor portuário. E nesse documento, constatou-se que a FENOP foi a entidade que mais apresentou demandas para o Governo.

A FENOP atua na defesa de todo o setor empresarial das atividades portuárias para o bem do desenvolvimento logístico e do comércio exterior brasileiro.

A Coalizão Portuária é formada pela FENOP e pela Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP); Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres (ABRATEC); Associação Brasileira de Terminais de Líquidos (ABTL); a Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (ABTRA) e Associação de Terminais Portuários Privados (ATP).

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data : 18/12/2020

PORTO DE IMBITUBA ATUALIZA NORMA DE ATRACAÇÃO DE NAVIOS

Os usuários do Porto de Imbituba contam agora com uma nova norma e procedimentos operacionais de prioridade, preferência de atracação e produtividade operacional no âmbito do Porto Organizado. A Resolução nº 057 foi aprovada pela diretoria executiva da SCPAR Porto de Imbituba e entrou em vigor nesta quinta-feira (17), com a publicação no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, substituindo a Portaria PRE nº 005, de 2018.

O processo de atualização foi liderado por Grupo de Trabalho específico, formado por técnicos da autoridade portuária, e teve sua minuta amplamente discutida e avaliada pelo Sindicato dos Operadores Portuários (SINDOP Imbituba) e do Sindicato das Agências de Navegação Marítima e Comissárias de Despachos do Estado de Santa Catarina (SINDASC).

“Essa revisão, além de participativa, é essencial para fortalecer a isonomia na movimentação de cargas e atendimento de navios, disciplinando melhor as regras de troca de berço de atracação, por exemplo. Também buscamos promover as relações com e entre os stakeholders do Porto de Imbituba, reforçando a equalização de interesses”, avalia Fábio Riera, diretor de Infraestrutura e Logística da autoridade portuária.

Para Jorge Souza, agente marítimo da Orion e representante do Sindasc, “a atualização e modernização da regra de atracação é importante principalmente considerando o aumento no número de escalas e o novo perfil de cargas do porto”. Souza acrescenta que “a discussão foi feita de forma adequada com todos os players do mercado, escutando as necessidades e ajustando de acordo com a legalidade e com as boas práticas do porto”.

A nova resolução está disponível no site do porto (clique aqui e leia a normativa na íntegra), na aba Informações Operacionais: Normas e Regulamentos.

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data : 18/12/2020

GESTORES DA CODESA VISITAM ARMAZÉNS REVITALIZADOS DAS DOCAS DO PARÁ



<https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2020/12/WhatsApp-Image-2020-12-17-at-3.40.57-PM-2-768x452.jpeg>

Foto: CODESA

Gestores da CODESA estiveram, nesta quinta-feira (17), na Companhia Docas do Pará (CDP), em Belém. O presidente Julio Castiglioni, o diretor de Planejamento e Desenvolvimento, Bruno Fardin, e a coordenadora de Marketing e Desenvolvimento de Negócios, Raquel Guimarães, conheceram o modelo de

revitalização portuária empreendido nos antigos armazéns da CDP – principal objetivo da visita.

O processo de revitalização dos armazéns teve início no final da década de 1990, com a inauguração do espaço cultural e de lazer Estação Docas, no ano 2000, que integra o Projeto Parque Urbano Belém Porto Futuro (modelo resultante da parceria com o Governo do Pará). O grupo também conheceu o terminal de passageiros.

O grupo da CODESA foi recebido pelo presidente da CDP, Eduardo Bezerra, e pelos gestores Ricardo Medina (Planejamento), Cleiton Barbosa (Relação Porto Cidade), Olga Jatene (Comunicação) e Conceição Campos (Jurídico).

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data : 18/12/2020

MAERSK MÉXICO E AMÉRICA CENTRAL: AS TAXAS DE FRETE MARÍTIMO VÃO SUBIR PARA 30% EM 2021 DEVIDO À MENOR OFERTA DE CAPACIDADE



<https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2020/12/798-768x576.jpeg>

A redução se deve ao aumento da demanda registrado desde o penúltimo trimestre do ano

A Maersk Central America informou, em reunião com a mídia, que as tarifas do frete marítimo vão subir até 30% no ano que vem, isso porque as companhias marítimas enfrentaram menos navios este ano devido à pandemia COVID-19 que afeta ao mundo.

Patricia Pérez, diretora de vendas da Maersk para o México e América Central, estima que a tendência continuará no início de 2021, o que impactaria as

taxas no curto prazo. Por esse motivo, as empresas de navegação buscam contratos de longo prazo com seus clientes.

O director de atendimento ao cliente da Maersk na região, Jorge Monsalvo, disse que a redução da capacidade dos navios se deve ao aumento da procura registrado desde o penúltimo trimestre do ano.

Monsalvo comentou ainda que os gastos que as pessoas fazem com o consumo provocaram uma recuperação inesperada do volume de cargas que devem ser transportadas por via marítima.

Volume de carga no México

A armadora também anunciou que os volumes de cargas movimentadas pela Maersk de e para o México cresceram 18% no terceiro trimestre, em relação ao trimestre anterior ocorrido durante os meses que, segundo o diretor comercial, foram os mais forte da pandemia.

“No segundo trimestre, as cargas caíram 23% e desde o terceiro trimestre vimos a recuperação de todas as indústrias, principalmente do varejo por conta do consumo. Vemos também uma recuperação no setor automotivo e eletrônico”, disse Patricia Pérez.

Jorge Monsalvo indicou que as mercadorias que chegam ao México são destinadas ao setor manufatureiro, principalmente de linha branca e eletroeletrônicos, que depois serão exportados para os Estados Unidos.

*Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data : 18/12/2020*



O POVO - CE

PORTO DO PECÉM VOLTA A RECEBER NAVIOS DA PETROBRAS COM COMBUSTÍVEL LÍQUIDO

As operações de transbordo da Petrobras começam em fevereiro de 2021 e vão movimentar, inicialmente, 200 mil m³ de combustível por mês, com perspectiva de ampliação

Por Bruna Damasceno



https://www.opovo.com.br/_midias/jpg/2020/12/10/pecem_2-14350992.jpg

Imagens aéreas do porto do Pecém. Imagens cedidas pela assessoria do porto.

Após seis anos, o Porto do Pecém, em São Gonçalo do Amarante, voltará a receber navios de grande porte carregados com combustível líquido para realizar operações de transbordo — modalidade conhecida como ship to ship (de navio para navio) — a partir de fevereiro próximo. A informação é do presidente da Petrobras, Roberto Castelo

Branco, e foi repassada ao governador Camilo Santana (PT), nesta quinta-feira, 17.

Inicialmente, serão cerca de três navios por mês, mas com perspectiva de ampliação já para os próximos meses. A movimentação estimada é de 200 mil m³ de combustíveis mensais. O presidente do Complexo do Pecém (CIPP S/A), Danilo Serpa, explicou como acontecerá a operação.

“São navios maiores que vão chegar ao Brasil com combustível líquido e vão passar para navios menores levarem para estados das regiões Norte e Nordeste. É uma operação muito importante para o porto, porque, num mesmo berço, você atraca dois navios – o menor ao lado do maior”, detalhou Serpa. O secretário do Desenvolvimento Econômico do Ceará, Maia Júnior, e o presidente da Transpetro, Gustavo Raposo, também participaram do encontro.

O governador destacou que a negociação ocorre há algum tempo. “Vínhamos dialogando com a Petrobras para a retomada dessa operação, que será muito importante para a empresa e representa ganho econômico para o Ceará, que passará a enviar combustível para comercialização em estados do Norte e Nordeste”, disse.

Fonte :O Povo - CE

Data : 18/12/2020



GAZETAWEB.COM

TERMINAL DO PORTO DE MACEIÓ VAI A LEILÃO NESTA SEXTA-FEIRA

Área que será vendida é destinada à movimentação, armazenagem e distribuição de grânéis líquidos
Por Hebert Borges | Portal Gazetaweb.com



https://gazetaweb.globo.com/fotosPortal/portal_gazetaweb_com/noticias/foto_grande/2020/12/202012181046_8004c_a333d.jpg

Terminal do Porto de Maceió vai a leilão nesta sexta-feira - FOTO: ARQUIVO GA

O terminal MAC10 do Porto de Maceió será leilado nesta sexta-feira (18), na B3, a bolsa de valores oficial do Brasil, sediada na cidade de São Paulo. A área que será vendida é destinada à movimentação, armazenagem e distribuição de grânéis líquidos, especialmente ácido sulfúrico, no porto organizado de Maceió.

O edital do leilão foi publicado no dia 2 de setembro deste ano e prevê que a modalidade seja de maior valor de outorga, ou seja, quem pagar mais, leva. De acordo com as informações do projeto, trata-se de área com 7.932 m² que será utilizada para exploração de empreendimentos voltados a granel líquido, especialmente Ácido Sulfúrico, realizando atividades de movimentação e armazenagem.

Atualmente, segundo o projeto, não há bens disponíveis que possam ser utilizados pelo futuro arrendatário, e há previsão de implantação de tancagem e conexão dutoviária até o Berço 7 do Porto de Maceió. O contrato com o vencedor do leilão tem prazo previsto de 25 anos, com possibilidade de prorrogação, a critério do Poder Concedente, no limite de 70 anos.

Nesse período, a previsão é que o futuro arrendatário realize investimentos na ordem de R\$ 12.784 milhões em instalações e equipamentos necessários para operação, que incluem, no mínimo, tanques de armazenagem, dutos, sistemas de expedição rodoviária e praça de bombas para propiciar a implantação da capacidade estática projetada.

No projeto, é citado que a demanda por produtos químicos no complexo é altamente influenciada pela presença do Polo Cloroquímico de Alagoas, localizado no município de Marechal Deodoro. O Polo conta, atualmente, com 23 empresas, que atuam nos segmentos de fabricação de PVC, soda cáustica, tubos e conexões, plásticos em geral, bem como na produção de insumos para a indústria química.

De acordo com o plano mestre, há, também, expectativa de que o ácido sulfúrico atenda à demanda de indústrias de fertilizantes instaladas na cidade de Satuba, que hoje recebem o produto importado pelo Porto de Aratu-Candeias, na Bahia.

Já o Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP) de 2017 aponta que a demanda de granel líquido no Cluster de Pernambuco, no qual o Porto de Maceió está inserido, parte de 21,3 milhões de

toneladas movimentadas em 2016, chegando a, aproximadamente, 43 milhões de toneladas em 2060, uma taxa de crescimento de 1,62% ao ano.

OUTRO LEILÕES

Esta sexta-feira deve ser movimentada na B3. Isso porque, além do terminal do Porto de Maceió, serão licitados uma rodovia estadual no Rio Grande do Sul, dois terminais portuários na Bahia e outro no Paraná. A primeira disputa, pela manhã, será a da rodovia RSC-287, com 205,5 quilômetros de extensão.

A concessão prevê a duplicação da via e cerca de R\$ 2,7 bilhões de investimentos ao longo dos 30 anos de contrato. Na parte da tarde, serão realizados os leilões de quatro terminais portuários. O leilão do Porto de Paranaguá será um projeto "greenfield", ou seja, será construído do zero. Será ofertada uma área de 74 mil m² para a movimentação de veículos - a capacidade é para cerca de 4 mil vagas.

Estão previstos investimentos de R\$ 22,2 milhões no contrato, de 25 anos. Também serão ofertados dois terminais no Porto de Aratu, na Bahia. O primeiro deles, destinado à movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais, tem uma área de 152 mil m² e demandará R\$ 245 milhões de investimento ao longo dos 25 anos de arrendamento.

Fonte : *Cazetaweb.com*

Data : 18/12/2020

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

CS BRASIL VENCEU NESTA SEXTA-FEIRA O LEILÃO DA ÁREA PORTUÁRIA ATU18

A CS Brasil venceu nesta sexta-feira, 18, o leilão da área portuária ATU18, localizada no Porto Organizado de Aratu, na Bahia. A empresa levou o ativo após disputa viva-voz com outros dois grupos interessados. A outorga vencedora foi de R\$ 52,5 milhões, contra um valor mínimo simbólico de R\$ 1.

A segunda melhor colocada foi a Intermarítima, representada pela corretora Itaú, com outorga de R\$ 50,5 milhões. A terceira colocada foi a Cejen Engenharia, representada pela corretora H.Commcor, de R\$ 24,5 milhões.

A primeira oferta das interessadas foi: CS Brasil com R\$ 5 milhões, Intermarítima com R\$ 3,2 milhões e Cejen Engenharia, com R\$ 12,5 milhões. A disputa viva-voz se deu firme entre CS Brasil e Intermarítima.

A ATU18 é destinada à movimentação e armazenagem de granéis sólidos vegetais. O prazo de arrendamento é de 15 anos e a área do terminal de 51.562 m². O investimento previsto é de R\$ 119,387 milhões no terminal durante o período do contrato. A movimentação total esperada é de 20,469 milhões de toneladas.

A área foi a única no dia que provocou disputa entre os interessados até agora. Em leilão há pouco a CS Brasil levou a área portuária ATU12, também no Porto Organizado de Aratu, sem concorrência.

Fonte : *IstoÉ- Dinheiro*

Data : 18/12/2020

GUEDES ADMITE QUE ESPERAVA AVANÇAR COM MAIS ÍMPETO NAS REFORMAS



O ministro da Economia, Paulo Guedes, admitiu nesta sexta-feira, 18, que esperava avançar com mais ímpeto nas reformas econômicas. Em dois anos de governo e com uma pandemia no meio do caminho, apenas uma das grandes reformas (a da Previdência) foi aprovada pelo Congresso, e as privatizações patinam nas resistências políticas à redução da participação estatal em empresas.

“Eu esperava avançar com mais ímpeto? Sim”, respondeu Guedes, em coletiva virtual para apresentar o balanço de fim de ano.

O ministro disse que até agora não se sabe se o governo é reformista ou não porque “na hora da verdade chegou um vendaval”. “Só achamos nosso eixo político agora”, comentou.

Agora, com uma base aliada mais ampla no Congresso, Guedes disse que, pautando as reformas, será possível ver se governo é reformista ou não. “Pode ser que realmente eu não consiga entregar algumas coisas, aí vou pedir desculpas”, reconheceu.

O ministro disse que sempre houve uma aliança entre o centro conservador e a liberal-democracia, e avaliou ser natural perguntar ao liberal o que acha do conservador em matéria econômica. “O presidente tem um instinto, ele mostra capacidade de entender o peso do Estado. Mas é natural, governos militares deixaram legado de obras. Então é natural pensar em fazer obra, usar empresas estatais”, justificou.

Apesar de ter admitido que esperava avançar com mais ímpeto, Guedes disse que houve obstáculos que, em sua avaliação, não foram colocados pelo presidente. Ele citou como evidência disso o fato de Bolsonaro ter levado ao Parlamento a proposta do pacto federativo, com medidas de desvinculação e desindexação de despesas.

Segundo o ministro, muitos críticos das medidas também estavam colocando barreiras a seus avanços. “Sou acusado de não estar sendo liberal o suficiente. Isso é reconfortante”, disse.

Apesar de ter avançado menos que esperava, Guedes disse achar que o governo e o País reagiram bem ao teste imposto pela tragédia da covid-19. Ele ainda fez um aceno ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), tido hoje como seu desafeto após uma série de desentendimentos entre os dois. “Apesar de disfuncionalidades, presidente da Câmara nos ajudou. Compreendemos quando houve caminhos bloqueados, mas queremos superação disso”, afirmou.

A disfuncionalidade, na visão de Guedes, é o fato de Maia não ter pautado matérias que foram plataforma de campanha do governo Jair Bolsonaro.

Em um tom amigável, o ministro defendeu que não se pode entrar num clima de briga, de ódio. E concluiu a entrevista coletiva desejando a todos “saúde e vacinação para todo mundo”.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 18/12/2020

PUBLICADO O EDITAL DE CONCESSÃO DE AEROPORTOS DA 6ª RODADA

O Diário Oficial da União (DOU) desta sexta-feira, 18, traz o aviso do leilão de concessão para ampliação, manutenção e exploração dos aeroportos de Curitiba/PR, Foz do Iguaçu/PR, Navegantes/SC, Londrina/PR, Joinville/SC, Bacacheri/PR, Pelotas/RS, Uruguaiana/RS e Bagé/RS, Formando O Bloco Sul; dos Aeroportos de Goiânia/GO, São Luís/Ma, Teresina/PI, Palmas/TO, Petrolina/PE e Imperatriz/Ma, Formando O Bloco Central; e dos Aeroportos de Manaus/AM, Porto Velho/RO, Rio Branco/AC, Cruzeiro do Sul/AC, Tabatinga/AM, Tefé/AM e Boa Vista/RR, Formando O Bloco Norte.

O edital para a sexta rodada de concessão, que inclui os 22 aeroportos, foi aprovado pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) na quinta-feira, conforme noticiou o Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado.

Segundo o edital, a entrega das propostas será no dia 1º de abril de 2021 e o leilão, no dia 7 de abril do próximo ano.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 18/12/2020

MINISTRO TARCÍSIO ESTÁ INTEIRAMENTE DE ACORDO E 'NÃO É FURA-TETO', DIZ GUEDES

O ministro da Economia, Paulo Guedes, elogiou o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, dizendo que ele “não é fura-teto”. “Ministro Tarcísio tem sido exemplar, conhece profundamente sua atividade. Ele está inteiramente de acordo com teto”, disse Guedes em coletiva virtual para apresentar um balanço de fim de ano.

Guedes falou do colega de Esplanada ao ser perguntado sobre declaração do presidente Jair Bolsonaro na semana passada, dizendo que Tarcísio só não entregava mais porque esbarrava no teto de gastos, que limita o avanço das despesas à inflação.

“Ele não é fura-teto”, disse Guedes, usando um termo a que ele costuma recorrer para qualificar ministros que tentam driblar a regra fiscal para gastar mais.

Um dos seus opositores nessa frente é o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho. “Tem gente que pede dinheiro e chega no fim do ano com R\$ 20 bilhões empoçados”, disse Guedes sem citar nomes.

Ainda elogiando Tarcísio, o ministro da Economia citou que o colega deve leiloar mais de 30 aeroportos no ano que vem, entre outros ativos hoje nas mãos do governo federal. “Temos que abrir espaço para crowding-in dos investimentos privado”, afirmou. “Tem todo um horizonte de investimentos vindo por aí.”

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 18/12/2020

GUEDES DIZ QUE BOLSONARO INDICOU NECESSIDADE DE SALVAR VIDAS E PRESERVAR EMPREGOS

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nesta sexta-feira, 18, que mais da metade dos recursos destinados pelo governo no combate à pandemia mirou na preservação da vida dos brasileiros e afirmou que, em determinados momentos, foi a equipe econômica que pressionou o Ministério da Saúde para empenhar mais verbas na luta contra a doença.

Em coletiva de balanço de final de ano, Guedes disse que colocou seu secretário-executivo, Marcelo Guarany, à disposição do Ministério da Saúde para resolver quaisquer problemas de recursos ou medidas para a saúde. A Saúde, porém, enfrentou alguns problemas operacionais para usar os recursos, segundo o ministro da Economia. “Se houve uma pressão foi nossa no Ministério da Saúde para empenhar mais recursos”, disse.

Guedes estimou que aproximadamente 70% dos recursos destinados ao combate à covid-19 foram empregados na preservação de vidas e outros 30% em medidas de crédito, ajuda a empresas e preservação de empregos. Ele voltou a repetir a previsão de que o Brasil deve fechar o ano sem perda de postos de emprego.

“Acho que Brasil é o único que conseguiu manter empregos formais”, disse Guedes. “Converso com ministros de outros países e não há caso de zero empregos perdidos.

O ministro citou que, segundo ele, o próprio presidente Jair Bolsonaro foi quem indicou a necessidade de conciliar duas preocupações: a de salvar vidas e a de preservar empregos. “O próprio presidente calibrou bem para cima o auxílio emergencial”, disse.

O benefício pago a vulneráveis na pandemia começou em R\$ 200 propostos pela equipe econômica, depois elevado a R\$ 500 pelo Congresso e, por fim, alcançou R\$ 600 com chancela de Bolsonaro. Esse valor permaneceu por cinco meses e, depois, foi reduzido a R\$ 300.

Ao elencar uma série de medidas tomadas pelo governo na pandemia, Guedes mencionou a ajuda financeira a Estados e municípios, que incluiu um repasse de R\$ 60 bilhões em recursos, mas resultou num alívio maior por causa da suspensão temporária de dívidas. “No combate a covid, fizemos valer nosso plano de que mais Brasil, menos Brasília é importante”, afirmou. “A democracia brasileira surpreendeu o mundo e funcionou exemplarmente”, disse Guedes.

Para o ministro, a democracia é “ruidosa e barulhenta”, com disputa de espaços, mas ele avaliou que o Brasil funcionou “de forma surpreendente”. “O Brasil reagiu extraordinariamente bem do ponto de vista econômico”, afirmou.

Mais Brasil, menos Brasília

Guedes chegou a iniciar a coletiva do balanço do ano de 2020 ressaltando a rápida reação do governo para fazer frente à pandemia trazida pelo coronavírus. “Mudamos a agenda de reformas estruturais para medidas emergenciais. No combate à covid, fizemos valer nosso plano de que mais Brasil, menos Brasília é importante”, afirmou.

Em uma das raras coletivas que dá para a imprensa – o ministro costuma fazer pronunciamentos sem responder a perguntas – Guedes disse que o início do ano era “auspicioso” para reformas, com a economia “decolando”, e que ele estava alinhado com o presidente da Câmara dos Deputados e do Senado.

Problemas técnicos

O ministro da Economia demonstrou irritação com problemas técnicos que ocorreram durante a transmissão de coletiva virtual em que ele faz um balanço do ano de 2020. Com pouco mais de 10 minutos do início, a transmissão caiu.

Antes de o ministro perceber, porém, já havia voltado, quando foi possível ouvir as reclamações do ministro. “Aí o pessoal fala mal do governo, como um todo. ‘É muito ruim de comunicação, imagem é péssima, nada funciona direito” disse, incomodado.

Guedes então foi informado pelo técnico de que o áudio estava “passando”. “Um espetáculo. Faça questão de transmitir pra fora o negócio, pra ficar mais bonito”, completou. “Os senhores me desculpem, vamos seguir”, disse o ministro, ao retomar a entrevista.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 18/12/2020



EXTRA ONLINE

GREVE NO SETOR DE OLEAGINOSAS DA ARGENTINA PROSSEGUE; EXPORTAÇÕES SÃO AFETADAS

Por Jorge Otaola

BUENOS AIRES (Reuters) - Os trabalhadores de indústrias oleaginosas e inspetores de grãos da Argentina mantinham nesta sexta-feira uma greve que já dura mais de uma semana, afetando a produção de farelo de soja e as exportações agrícolas do país, sem sinais de que um acordo salarial possa ser fechado no curto prazo.



As empresas produtoras de farelo e agroexportadoras têm mantido negociações com os sindicatos de trabalhadores do setor de oleaginosas em relação ao reajuste salarial de 2021. Ambos os lados acusam o outro de intransigência nas conversas.

"Estamos pedindo que eles interrompam a greve e voltem à mesa de negociações o mais rápido possível. Por enquanto, não tivemos resposta", disse Gustavo Idigoras, presidente da câmara de empresas exportadoras e processadoras de oleaginosas CIARA-CEC.

Também faz parte da greve o sindicato Urgara, de inspetores de grãos, necessários para o fluxo das safras argentinas nos portos.

"Não há nada de novo em relação às negociações. Não parece que qualquer coisa vá acontecer até a semana que vem", disse um porta-voz do Urgara à Reuters.

A paralisação afetou os embarques da maior exportadora de farelo de soja do mundo. As greves são comuns na Argentina, onde os empregadores são pressionados a conceder aumentos salariais em linha com a alta inflação.

Os preços ao consumidor no país subiram 3,2% apenas em novembro, e 30,9% nos 11 primeiros meses do ano, segundo dados oficiais.

Fonte : Extra Online

Data : 18/12/2020

CONSUMO DE GÁS NATURAL NO BRASIL SOBE 40% EM OUTUBRO ANTE SETEMBRO, PUXADO POR TÉRMICAS

Por Gabriel Araujo

SÃO PAULO (Reuters) - O consumo de gás natural no Brasil avançou 39,6% em outubro ante o mês anterior, atingindo 72,86 milhões de metros cúbicos por dia, puxado por uma disparada na utilização pelo setor termelétrico, indicou a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás) nesta sexta-feira.

Com um consumo de 31,73 milhões de metros cúbicos diários no mês, um crescimento de 129,1% na comparação mensal, a geração elétrica voltou a superar o segmento industrial como maior consumidor de gás natural no país, o que não acontecia desde janeiro.

O Brasil tem passado por um período longo de seca neste ano, o que reduz os volumes dos reservatórios das usinas hidrelétricas e força o acionamento do parque térmico para atendimento à demanda.

"O comportamento desse mês mostra a importância do gás natural para garantir a segurança energética", disse em nota o presidente-executivo da Abegás, Augusto Salomon, que pediu por "térmicas a gás regionais na base... para garantir mais previsibilidade num plano de retomada de crescimento econômico sustentável."

Na indústria, o consumo de gás natural teve alta de 2,9% em relação a setembro, para 27,73 milhões de metros cúbicos/dia, enquanto o segmento automotivo apurou aumento de 21,7%, a 6,5 milhões de metros cúbicos ao dia, chegando a superar o volume visto no mesmo mês do ano passado.

No geral, apesar do crescimento significativo ante setembro, o volume comercializado de gás seguiu 6,87% abaixo do verificado em outubro de 2019, segundo a Abegás. Os segmentos automotivo e de matéria-prima foram os únicos que apresentaram alta na comparação anual.

Em ano fortemente impactado pela pandemia de coronavírus, o consumo mensal de gás natural superou igual período do ano anterior somente em janeiro, quando os efeitos da crise sanitária e econômica ainda não atingiam o Brasil.

Para 2021, a Abegás projeta um ano de mais estabilidade no consumo, com melhora nos patamares conforme mais esclarecimentos a respeito do programa de vacinação contra a Covid-19 surgirem.

"A melhora do quadro sanitário é fundamental para firmar uma confiança dos agentes econômicos. O consumo de gás natural é um indicador que reflete o comportamento da economia", disse Salomon.

Fonte : Extra Online

Data : 18/12/2020

BRASIL QUER EXPORTAR 6% MAIS CARNE BOVINA EM 2021, MIRA NOVOS MERCADOS

Por Ana Mano

SÃO PAULO (Reuters) - Os produtores de carne bovina do Brasil planejam aumentar os volumes exportados em 6% no ano que vem, à medida que negociam acesso a novos mercados na Ásia e América do Norte, disse a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec) nesta sexta-feira.

A Abiec estimou que o Brasil, maior fornecedor global da proteína, pode exportar 2,141 milhões de toneladas no próximo ano, volume avaliado em 8,789 bilhões de dólares.

O Brasil está negociando acordos para venda de carne bovina "in natura" para Canadá, Japão, Coreia do Sul e México, disseram autoridades da Abiec. Atualmente, o Brasil exporta o produto processado para o Canadá.

Juntos, esses países importam cerca de 1,3 milhão de toneladas de carne bovina "in natura" por ano, ou cerca de 12,5% do mercado internacional.

A Abiec disse que as empresas brasileiras poderiam fornecer cerca de 260 mil toneladas por ano para os quatro países, representando receita potencial de 1,5 bilhão de dólares.

Ainda assim, a China continuaria sendo responsável pela maior parte das exportações de carne bovina do Brasil, após abocanhar 42,2% dos embarques entre janeiro e novembro deste ano, segundo a Abiec.

O Brasil possui atualmente 35 fábricas autorizadas a vender produtos para a China, e busca a aprovação para outras 26 unidades no curto prazo, afirmou Antônio Camardelli, presidente da Abiec.

Em relação a 2020, o Brasil está encerrando o ano com exportações recordes de carne bovina, com o setor sendo menos afetado do que concorrentes globais devido à pandemia.

As exportações históricas do Brasil ocorreram em meio a interrupções nas operações de algumas unidades em países como os Estados Unidos e Austrália, como consequência do coronavírus.

Segundo apresentação da Abiec, "quase nenhum" frigorífico brasileiro teve de parar operações em função de questões de saúde relacionadas à Covid-19.

As exportações do país sul-americano devem fechar 2020 com um valor sem precedentes de 8,533 bilhões de dólares, com volumes embarcados em um ano superando 2 milhões de toneladas pela primeira vez, segundo a Abiec.

No ano passado, as exportações brasileiras de carne bovina atingiram 7,6 bilhões de dólares, com embarques de 1,866 milhão de toneladas.

Fonte : Extra Online

Data : 18/12/2020

MINÉRIO SALTA 6% PARA MAIS DE US\$160/T NA CHINA, O PRODUTO MAIS 'QUENTE' DO ANO

Por Enrico Dela Cruz

MANILA (Reuters) - Os contratos futuros do minério de ferro no maior produtor global de aço, a China, atingiram máximas nesta sexta-feira, com a commodity mais "quente" deste ano marcando seu sétimo ganho semanal consecutivo, diante do otimismo sobre a demanda e as preocupações com a oferta.

O minério de ferro mais negociado para entrega em maio na Bolsa de Commodities de Dalian encerrou as negociações com alta de 6,2%, a 1.073,50 iuanes (164,15 dólares) a tonelada, depois de atingir uma máxima de contrato de 1.076,50 iuanes. O minério de ferro na Bolsa de Cingapura subiu 4,1%, para 163,40 dólares a tonelada. Os benchmarks de Dalian e Cingapura subiram mais de 20% este mês, com um anúncio da mineradora brasileira Vale em 2 de dezembro de metas de produção reduzidas para 2020 e 2021, adicionando combustível a um rali impulsionado pela intensa demanda de aço da China.

Sinais de fraqueza nas exportações de minério de ferro do principal fornecedor, a Austrália, também apoiaram a matéria-prima do aço, que avançou apesar de uma chamada para uma investigação regulatória sobre a alta dos preços pelas grandes produtoras de aço chinesas.

O minério de ferro de Dalian avançou cerca de 123% este ano, colocando o produto no caminho de ser a commodity de melhor desempenho globalmente pelo segundo ano consecutivo, já que também se beneficia de uma enxurrada de apostas especulativas.

O minério de ferro "spot" na China fechou a 164,50 dólares a tonelada nesta sexta-feira, maior valor pelo menos desde 2011, mostraram dados da consultoria SteelHome.

Apesar da desaceleração do inverno na produção de aço da China, os estoques caíram de forma constante à medida que a desestocagem continuou.

Fonte : *Extra Online*

Data : 18/12/2020



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

DISTRIBUIDORAS DE GÁS DO CENTRO-SUL LANÇAM NOVA CHAMADA PÚBLICA EM 2021

Porepbr - 18 de dezembro de 2020 - Em Mercado de gás, Petróleo e gás

MSGÁS, GasBrasiliano, Compagás, SCGÁS e Sulgás anunciaram nesta sexta (18) que lancarão em março de 2021 uma nova chamada pública para mais de 6 milhões de m³/dia. As distribuidoras de gás natural projetam potencial firme de contratação para o período 2022/2023 de até 3,5 milhões de m³/dia, com o objetivo de complementar os volumes parcialmente já contratados pelas empresas para atendimento de seus mercados no período em questão.

A partir de 2024, os volumes são indicativos e projetam o atendimento potencial total dos mercados das distribuidoras participantes do processo, superando então a marca de 6 milhões de m³/dia.

As distribuidoras também desejam avaliar projetos de suprimento para médio e longo prazos com novos terminais de regaseificação de GNL a serem instalados na região Sul do país.

Segunda chamada

Esta é a segunda chamada pública abertas pelas distribuidoras do centro-sul. A primeira acabou contratando apenas com a Petrobras. YPFB, Shell, Petrobras, Total, Golar e Repsol foram selecionadas para ir até a terceira etapa da primeira chamada pública, com previsão de aquisição de 10 milhões de m³/dia feita.

Juntas, as cinco distribuidoras atendem mais de 134 mil consumidores de gás natural e têm mais de 4,4 mil km de redes de distribuição em 161 municípios. Na primeira etapa da chamada pública, foram recebidas 51 propostas de 15 empresas.

“Ao longo do processo foram identificados diversos desafios e barreiras, principalmente ligados ao transporte de gás. Queremos contribuir de forma institucional para que todos tenhamos segurança regulatória e contratual a fim de mitigar os riscos envolvidos e garantir a evolução sustentável do setor”, destaca Rafael Lamastra Jr, diretor-presidente da Compagás.

Rafael Lamastra Jr esteve na epbr gas week, conversando sobre os desafios para a distribuição de gás natural no país. Reveja.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 18/12/2020

JUSTIÇA FEDERAL DERRUBA ÚLTIMA LIMINAR CONTRA METAS DO RENOVABIO

Por epbr - 18 de dezembro de 2020 - Em Combustíveis, Judiciário, Transição energética

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) derrubou liminar que havia sido obtida pela Flexpetro para suspender sua meta individual de aquisição de CBIOs em 2020. A decisão, publicada nesta sexta (18), atende ao recurso da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), responsável pela regulação do Renovabio.

Os CBIO são os créditos de carbono do Renovabio, programa de descarbonização do setor de combustíveis. Todos os anos, a partir de 2020, as distribuidoras e importadores deverão a cumprir metas de aquisição dos créditos, definidas pelo governo federal e rateadas conforme participação das companhias no mercado de derivados fósseis.

Há duas semanas, 2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu decidiu pela suspensão da meta da companhia, por entender que requisitos previstos na Lei do Renovabio não haviam sido cumpridos este ano.

A alegação era que a fixação das metas deveria levar em conta a capacidade de emissão de CBIO pelos emissores, o que não teria ocorrido nas fases iniciais de implantação do programa, entre 2019 e início de 2020. Um dos argumentos é que nem sequer haviam certificadores habilitados para analisar a eficiência das usinas, por exemplo.

A Flexpetro é uma distribuidora regional, com matriz no Paraná e que iniciou as atividades em 2008. Precisa comprar e retirar de circulação 32.899 créditos relativos ao rateio das metas de 2020 e mais 760 CBIOs de 2019.

Ao derrubar a liminar, a desembargadora do TRF-4, Vânia Hack de Almeida, considerou que todas as condições para a definição das metas do Renovabio foram atendidas, além do fato que a meta original, de conhecimento do mercado desde o início do ano, foi reduzida a metade em decorrência da pandemia de covid-19.

“Finalmente, entendo que não cabe ao Poder Judiciário reapreciar os critérios adotados pela Administração Pública, salvo quando eivados de vício de legalidade, o que, a priori, não se observa no presente caso”, afirma a juíza federal.

Veja o histórico das tentativas recentes de mudança no Renovabio

- O que as distribuidoras querem mudar no Renovabio
- Brasilcom entra com nova ação judicial para reduzir metas do Renovabio
- IBP e distribuidoras tentam reduzir ou postergar metas do RenovaBio em 2020
- ANP esclarece que postergação parcial de metas do RenovaBio não vale para 2020

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 18/12/2020

EQUINOR ANUNCIA ACORDO PARA PRESERVAÇÃO E REFLORESTAMENTO DE MATA ATLÂNTICA NO BRASIL

Por epbr - 18 de dezembro de 2020 - Em Clima, Transição energética

A Equinor Brasil anunciou nesta sexta (18) acordo de três anos com a Reserva Ecológica de Guapiaçu (REGUA), com possibilidade de dois anos adicionais, para preservação e reflorestamento de Mata Atlântica. A empresa vai auxiliar na restauração e na proteção do habitat natural e apoiar o aprendizado de alunos do Rio de Janeiro sobre a importância de florestas tropicais, sua biodiversidade e contribuição para mudanças climáticas.

É o primeiro investimento em florestas da empresa em todo mundo. A Mata Atlântica é habitat de mais de 2.200 espécies de pássaros, mamíferos, répteis e anfíbios, sendo muitas delas espécies endêmicas do bioma.

A Reserva Ecológica de Guapiaçu (REGUA) é uma Organização Não Governamental (ONG) ambientalista com a missão de proteger e conservar em longo prazo a Mata Atlântica e sua biodiversidade na alta bacia do Rio Guapiaçu do estado do Rio de Janeiro, Brasil. Trabalha com a proteção e restauração das florestas e sua biodiversidade, educação ambiental, incentivo a pesquisa e envolvimento com as comunidades locais.

“Restaurar e proteger florestas tropicais é crucial para a conservação da biodiversidade e para o enfrentamento das mudanças climáticas. Em parceria com a REGUA, vamos contribuir para a restauração de áreas degradadas, retornando à floresta original, além de garantir proteção permanente de florestas remanescentes e viabilizar educação para estudantes no Rio de Janeiro, para que aprendam sobre a importância das florestas tropicais, da biodiversidade e do clima,” comentou Margareth Øvrum, vice-presidente executiva de Produção e Desenvolvimento da Equinor no Brasil.

Princípios comuns para transição energética

Equinor é uma das produtoras de petróleo e gás que anunciaram nesta quinta (17) princípios comuns para transição energética. Junto com bp, Shell, Total, Galp, Eni, Occidental e Repsol, a empresa se comprometeu a apoiar publicamente os objetivos do Acordo de Paris, incluindo a cooperação internacional.

A Equinor também vai apoiar o desenvolvimento de tecnologias que atuem como sumidouros de carbono, como técnicas de captura e armazenamento de CO2.

Neutralidade em 2050

A Equinor anunciou no começo de novembro a meta de se tornar uma empresa com emissões zero de carbono em 2050. O compromisso marcou o primeiro dia da gestão de Anders Opedal. Em janeiro, a Equinor já havia anunciado a meta de produzir petróleo offshore na Noruega com emissões de gases de efeito estufa perto de zero a partir de 2050. Para chegar até lá, a empresa pretende reduzir em 40% as emissões até 2030 e em 70%, em 2040. As emissões da empresa ficaram em 13 milhões de toneladas em 2018, em linha com o nível de 2005.

A empresa está se preparando para o declínio gradual da demanda global por petróleo e gás a partir de 2030 e espera, com isso, produzir, no longo prazo, menos petróleo do que que produz atualmente. Mesmo assim, estima um crescimento de 3% por ano na produção até 2026 e entende que uma parcela cada vez maior de petróleo e gás será usada para produtos petroquímicos em 2050.

Fonte : Agência EPBR de Notícias
Data : 18/12/2020



JORNAL O GLOBO – RJ

PETROS PEDE À JUSTIÇA PARA NÃO RECEBER R\$ 2,9 BILHÕES DA PETROBRAS

Ação popular cobra da estatal compensação por aumento de déficit do fundo de pensão, que teria sido causado por reajuste concedido a funcionários e estendido aos aposentados

O Globo

RIO - Um grupo de 137 aposentados da Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, entrou com uma ação popular para pedir que a estatal repasse R\$ 2,9 bilhões ao plano de aposentadoria. Mas foi surpreendido pela reação da Petros, que argumentou à Justiça que o pagamento não deveria ser feito. Na prática, ao contestar a ação, o fundo de pensão abre mão de tentar receber os recursos no âmbito do processo.

Taxa de 15%:Rio quer cobrar mais ICMS de petroleiras que não cumprirem cota de compra de material nacional

O dinheiro seria destinado ao Plano Petros do Sistema Petrobras, de benefício definido (BD), no qual a pessoa sabe quanto vai receber após a aposentadoria, para ajudar a reduzir o déficit, estimado em R\$ 27,7 bilhões em 2016, o que exigiu desde então contribuições extras de todos os participantes ativos, aposentados e pensionistas e patrocinadores para cumprir os compromissos.

— Os aposentados não pretendem receber nenhum centavo com a ação. O que eles querem é que a Petrobras pague a dívida que a Petros sempre admitiu ser uma das causas desse déficit bilionário — explica o advogado Fabio Gentile, responsável pela ação popular que tramita na 14ª Vara de Justiça de São Paulo, ainda sem decisão do juiz. — Isso pode reduzir a cobrança extra que vai levar 13,59% do benefício deles pelo resto da vida.

A dívida seria referente ao chamado acordo de níveis, uma medida adotada pela Petros no fim de 2014 para estender a todos os aposentados e pensionistas do plano reajustes equivalentes às promoções dadas pela Petrobras aos seus empregados nos anos de 2004, 2005 e 2006.

Promoção ou reajuste?

O regulamento do plano determinava que todo reajuste salarial dado aos petroleiros em atividade seria estendido aos aposentados, o que era conhecido como paridade. Naqueles três anos, porém, a Petrobras concedeu progressão de um nível na carreira aos seus empregados e, por ter sido classificado como promoção, os aposentados da Petros não receberam.

Mas como a promoção foi dada a todos os funcionários da estatal, milhares de aposentados conseguiram na Justiça o direito ao mesmo aumento. Até o Tribunal Superior do Trabalho acatou a tese de que a Petrobras havia dado um reajuste disfarçado para burlar o direito dos inativos.

A polêmica foi tão grande que, no acordo coletivo dos petroleiros do ano de 2013, foi incluída uma cláusula em que a Petrobras se comprometia a se esforçar para que a Petros estendesse a progressão de nível para aposentados e pensionistas.

Para cumprir o compromisso, a estatal encaminhou carta ao fundo de pensão pedindo a extensão do aumento até a quem não tinha ação judicial. Em dezembro de 2014, a Petros aprovou o acordo que garantia a mesma promoção para todos. O dinheiro para cobrir o custo desse aumento — sobre os

quais não tinha havido contribuição durante todos aqueles anos —, foi estimado em R\$ 2,9 bilhões e retirado do patrimônio do plano, acumulado com as contribuições dos trabalhadores e das empresas.

— Quem foi condenada pela Justiça a fazer o pagamento foi a Petrobras. E não foram poucas as vezes em que o Conselho Fiscal do fundo de pensão pediu que a direção da Petros cobrasse da Petrobras o custo do acordo de níveis. E agora, quando a atual gestão da Petros assumiu o compromisso de recuperar os prejuízos do fundo, chegamos a acreditar que isso ocorreria— diz o advogado.

Por isso, diz Gentile, a expectativa era que, ao ser citada no processo, a Petros se aliasse aos autores e usasse a ação popular para cobrar a dívida.

— Mas a Petros não fez isso. Na sua contestação, ela se opôs à ação. Então, além dos bilhões em prejuízo, essa ação popular envolve outra grande questão, que é quem manda de verdade na Petros — diz.

Empresa não reconhece

A Petrobras informou que “não reconhece a responsabilidade pelo direito alegado pelos autores (o pagamento da dívida) e apresentou sua defesa no processo judicial”.

Perguntada, a Petros enviou a seguinte nota: “A atual gestão da Petros é pautada pela autonomia e máxima diligência em defesa dos recursos geridos pela Fundação. Nesse sentido, qualquer questão jurídica é avaliada de forma técnica e independente sem levar em consideração a contraparte, em cumprimento ao seu dever fiduciário. Isso faz com que a Petros mova ações que tenham respaldo jurídico, de forma a defender o patrimônio dos participantes. Esclarecemos, ainda, que a referida decisão foi tomada em 2014 com base no entendimento do Tribunal Superior do Trabalho e do princípio da paridade, conforme estabelece o § 3º do art. 202 da Constituição Federal.”

Fonte : O Globo - RJ

Data : 18/12/2020

COM MARCA DESGASTADA POR ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO, GRUPO ODEBRECHT TROCA NOME PARA NOVONOR

Empresa já tinha feito o mesmo movimento, em 2017, com outras empresas do grupo para atrair sócios

O Globo



https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24803117-3cb-4a9/FT1086A/652/x71934212_Logo-da-Odebrecht.jpg.pagespeed.ic.F3wYHKdi_h.jpg

Odebrecht: novo nome Foto: Agência O Globo

SÃO PAULO —A Odebrecht anunciou nesta sexta-feira que a partir de agora passa a se chamar Novonor. O anúncio foi feito pelo representante do acionista majoritário do grupo, Maurício Odebrecht, durante reunião anual com transmissão online aos funcionários.

O grupo entrou com o maior pedido de recuperação judicial do país no ano passado, com dívidas que chegam a quase R\$ 100 bilhões, O processo foi homologado pela Justiça e aprovado pelos credores.

Com a marca atingida pelos escândalos de pagamentos de propina revelados pela Lava Jato, a empresa já tinha feito movimento semelhante em 2017 para atrair novos sócios e espantar a associação do seu nome com corrupção.

A Odebrecht Realizações Imobiliárias passou a se chamar OR e mudou o logo; a Braskem retirou o vermelho do seu logo, que hoje é azul e amarelo; a Odebrecht Agroindustrial virou Atvos; e a Odebrecht Óleo e Gás passou a se chamar Ocyan.

—Mudar o nome é uma estratégia comum como forma de “tentar romper” com o passado. Mas o mercado não perde a memória. O que, de fato, irá mudar na imagem da empresa é uma radical mudança de conduta —diz Luiz Marcatti, presidente da MESA Corporate Governance, consultoria especializada em governança corporativa.

A empresa explica que a mudança do nome e da marca da holding é "o ponto culminante da transformação empreendida nos últimos cinco anos pela companhia. O novo slogan da Novonor é "uma empresa inspirada no futuro".

O grupo baiano afirma que promoveu mudanças em seus processos internos e em seus métodos de atuação, que são "rigorosamente pautados pela ética, integridade e transparência". A empresa implantou um sistema de conformidade no padrão das grandes corporações internacionais, que foi certificado há dois meses por um monitor independente do Departamento de Justiça dos Estados Unidos.

“Esta é uma decisão histórica para nós. Estamos apresentando a marca de uma empresa inteiramente transformada, e que passa a contar a sua história a partir de agora sempre olhando para o futuro”, afirmou Maurício Odebrecht.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 18/12/2020

CÂMARA APROVA LIBERAÇÃO DE R\$ 177,7 BI PARADOS EM FUNDOS PARA COMBATE À PANDEMIA

Recursos, na prática, devem ser destinados a reduzir nível de endividamento

Por Marcello Corrêa



<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24799431-fc9-995/FT1086A/652/ximg20201216130536054.jpg.pagespeed.ic.z-fun3KdVY.jpg>

[995/FT1086A/652/ximg20201216130536054.jpg.pagespeed.ic.z-fun3KdVY.jpg](https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24799431-fc9-995/FT1086A/652/ximg20201216130536054.jpg.pagespeed.ic.z-fun3KdVY.jpg)

Sessão da Câmara dos Deputados Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados

BRASÍLIA - A Câmara dos Deputados aprovou nesta quinta-feira o texto-base projeto de lei que libera R\$ 177,7 bilhões parados em fundos públicos para reforçar os gastos contra a pandemia de Covid-19 feitos neste ano.

A medida foi aprovada por 384 votos a

79. Até a noite desta quinta, deputados ainda analisavam propostas para modificar a proposta. Depois disso, ainda precisa ser analisada pelo Senado.

O texto foi apresentado em julho pelo deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE), quando os gastos emergenciais da crise do coronavírus ainda estavam sendo feitos. Como a proposta só avançou no fim do ano, o efeito prático da medida será sobre o nível de endividamento.

A proposta prevê que recursos acumulados em 29 fundos sejam destinados a ações como o pagamento do auxílio emergencial, gastos com a saúde e socorro aos estados aprovados neste ano. O dinheiro não pode ser utilizado para bancar ações de 2021 em diante.

O dinheiro dos fundos fica vinculado, ou seja, não pode ser gasto em ações diferentes. O texto retira esse carimbo das receitas.

A maioria dos programas citados na proposta está perto de ser concluído ou já foi executado. Assim, o dinheiro será usado para um procedimento contábil: os recursos serão indicados como fonte de custeio de ações que foram financiadas com a emissão da dívida pública.

Na prática, será como se o valor liberado pagasse de forma retroativa parte das dívidas tomadas para bancar as ações.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 18/12/2020

EM VIAGEM À BAHIA, BOLSONARO ASSINA MEDIDAS PARA PERMITIR QUE EMPRESAS RENEGOCIEM DÍVIDAS COM FUNDOS REGIONAIS

Textos foram assinados em evento em Porto Seguro, durante viagem ao lado do ministro Rogério Marinho

Geralda Doca e Gustavo Maia

BRASÍLIA - O presidente Jair Bolsonaro assinou nesta quinta-feira duas medidas provisórias (MP) para permitir que devedores de fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e dos fundos de investimentos da Amazônia (Finam) e do Nordeste (Finor) possam renegociar dívidas com até 70% de desconto.

O anúncio das medidas foi feito nesta quinta-feira em Porto Seguro (BA), em evento do qual também participou o ministro do Desenvolvimento Regional (MDR), Rogério Marinho.

O objetivo do refinanciamento é estimular a concessão de crédito, que está travado devido ao alto índice de inadimplência nos empréstimos concedidos por esses fundos. Poderão ser beneficiadas pessoas físicas e empresas.

No caso dos fundos constitucionais, a MP permite a renegociação de operações contratadas há, no mínimo, sete anos ou dez anos, contados do último refinanciamento, desde que tenham sido lançadas como prejuízo. O prazo de pagamento é de até 120 meses, com descontos de até 70% do valor do contrato.

De acordo com o MDR, os fundos acumulam R\$ 9,1 bilhões em débitos atrasados, abrangendo cerca de 300 mil pessoas físicas e empresas. Aproximadamente 87% das dívidas são no valor de até R\$ 20 mil.

A expectativa do MDR é alcançar, no mínimo, 10% das carteiras dos fundos, provisionadas como calote. O plano prevê a recuperação de 30 mil contratos, somando os três fundos.

No caso do Finam e do Finor, o índice de inadimplência das carteiras de debêntures chega a 99% em razão da complexidade do sistema, encargos elevados e insegurança jurídica causada por várias mudanças legais, principalmente entre 1991 e 2000, segundo o MDR. A dívida de empreendedores com os dois fundos chega a R\$ 49,3 bilhões.

Com a MP, a quitação das debêntures será feita com base em nova forma de cálculo, com perdão de encargos e de juros de mora por inadimplência, o que também resultará em um desconto de até 70% da dívida.

Em discurso durante o evento, Marinho afirmou que o governo decidiu editar as medidas por seguir o preceito do "bom senso".

— No caso da renegociação de dívidas do Finor e Finamp, a gente está resgatando um processo de mais de 30 anos. É um dos cadáveres insepultos que precisava ser exumado — declarou o ministro.

Além da quitação, a MP permitirá a renegociação das debêntures, com novos encargos, carência e alongamento da dívida: o prazo de pagamento será de até sete anos, considerando dois anos de carência, mais um desconto de até 10% sobre o débito.

A meta é renegociar entre R\$ 1,5 bilhão e R\$ 5 bilhões, o que pode gerar um retorno para os fundos de até R\$ 1 bilhão no curto prazo. Cerca de 1,7 mil empresas poderão ser beneficiadas.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 18/12/2020

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CONCESSÃO DA CEDAE É ADIADA PARA O DIA 22 DE DEZEMBRO

Prazo foi prorrogado para permitir que municípios do interior do Estado do Rio formalizem participação na licitação

Por Glauce Cavalcanti



<https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/23885009-c99-2c0/FT1086A/652/xestacao-tratamento-cedae.jpg.pagespeed.ic.uAt3ToiboP.jpg>

Estação de tratamento de esgoto da Cedae, no Rio. Publicação de edital para conceder serviços de saneamento da estatal foi adiada para 22 de dezembro Foto: Custódio Coimbra / Agência O Globo

RIO - A publicação do edital para a licitação dos serviços de saneamento básico da Cedae foi adiada para o dia 22 de dezembro, terça-feira. O documento seria anunciado nesta sexta-feira, dia 18, mas o BNDES e o governo do Estado do Rio

acordaram em prorrogar o prazo para que mais municípios possam concluir a adesão ao processo.

Nesta quinta-feira, o órgão que reúne os municípios da Região Metropolitana do Rio aprovou a realização do leilão. Na véspera, recebeu o aval do Conselho de Administração da Cedae. Com isso, o edital tem sinal verde para ser anunciado.

A modelagem elaborada pelo BNDES para a concessão dos serviços de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto da Cedae cobre um total de 47 municípios, divididos em quatro blocos geográficos. A estatal cobre atualmente 64 municípios.

Na Região Metropolitana do Rio, a participação no processo é decidida em bloco. Nesta quinta-feira, o Conselho Deliberativo do Instituto Rio Metrópole, que reúne os 22 municípios dessa área, além do governador do Estado e três representantes da sociedade civil, aprovou a versão final da proposta do BNDES.

Deste total, oito não compareceram ao encontro, enquanto um deixou a reunião antes da votação. Dos 17 votos contados, o único em contrário foi o do representante de Marcello Crivella, prefeito do Rio. Mas que é vencido pela decisão da maioria. Para aprovar algo, são necessários 60% dos votos favoráveis.

A adesão ou não ao projeto fica a cargo de cada prefeitura, já que a autonomia sobre os serviços de saneamento é municipal. A prorrogação do prazo para a publicação do edital, explica uma fonte

próxima às negociações, está sendo feita para que municípios do interior concluam a adesão formal ao processo. O prazo se encerra amanhã.

De acordo com o estudo divulgado pelo BNDES, a concessão impactaria uma população de 13,3 milhões de pessoas no Estado. A maior parte está concentrada na Região Metropolitana, ou 12,5 milhões de pessoas, em cidades que já ingressaram formalmente no trâmite.

Após anunciado o edital, os municípios que não tiverem concluído o processo formal de ingresso ficam automaticamente de fora da concessão.

A concessão da Cedae prevê investimentos de R\$ 31 bilhões em um prazo de 35 anos. O leilão prevê o pagamento de R\$ 10,6 bilhões em outorga mínima, sendo que R\$ 8,5 bilhões ficam com o governo fluminense.

O leilão teria um impacto total de R\$ 47 bilhões para a economia fluminense, segundo estudo realizado pela Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon), que considera ganhos em áreas como turismo, mercado imobiliário e saúde, além de avanços em educação e produtividade do trabalhador.

Fonte : O Globo - RJ
Data : 18/12/2020

'O CAPÍTULO MAIS IMPORTANTE VEM AGORA, A VACINAÇÃO EM MASSA', DIZ GUEDES SOBRE COMBATE À PANDEMIA

Para ministro, vacina é o que vai garantir retorno seguro ao trabalho, sustentando a retomada econômica. Mas ele defendeu que imunizante seja opcional

Marcello Corrêa e Manoel Ventura



https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/24802-865-c4d-182/FT1086A/652/xGuedes-218-dez.jpg.pagespeed.ic.6Jn9nHDIT_.jpg

O ministro Paulo Guedes em coletiva de imprensa sobre o balanço de medidas de combate à pandemia: "A asa da saúde deve bater ao menos tempo que a asa da recuperação econômica" Foto: Edu Andrade/Ascom/ME

BRASÍLIA - O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nesta sexta-feira que a vacinação em massa da população contra a Covid-19 é o próximo capítulo das medidas de combate à pandemia e que ela será necessária para a retomada da economia.

Guedes defendeu a liberação de R\$ 20 bilhões para distribuição do imunizante, mas, alinhado com o presidente Jair Bolsonaro, defendeu que sua aplicação seja opcional.

— O capítulo mais importante vem agora, que é a vacinação em massa. São mais R\$ 20 bilhões para a vacinação em massa dos brasileiros — disse o ministro, durante coletiva de imprensa na qual fez um balanço do ano.

Guedes acrescentou que a vacinação é importante para garantir o retorno ao trabalho, importante para sustentar a retomada econômica.

— O retorno seguro ao trabalho exige a vacinação em massa da população brasileira. É uma vacinação voluntária e o que o governo tem que fazer é disponibilizar todas as vacinas para a população de forma voluntária e gratuita.

Ele continuou:

— Qualquer brasileiro pode escolher a vacina que ele quer tomar, não paga pela vacina e escolhe a vacina se quiser tomar. Essa vacinação gratuita de forma voluntária para os brasileiros é o que nós precisamos para que a asa da saúde bata ao mesmo tempo que a asa da recuperação econômica — disse Guedes.

Ao fazer o balanço do ano, o ministro admitiu que não entregou tudo que gostaria, mas disse haver uma campanha 'negacionista' contra ele.

Os casos de Covid vêm aumentando no Brasil. Nesta quinta-feira, foram registradas mais de mil mortes, algo que não acontecia desde setembro.

Mil mortes é número 'assustador'

Indagado por jornalistas se o Brasil está numa segunda onda, diante desse número, Guedes disse que é "assustador".

— É um número assustador. Voltar a mil mortes é um número assustador. Uma coisa é você fazer um distanciamento, as mortes caem. E nessa aceleração, por um certo descuido, elas voltam. O problema endógeno, depende de nosso comportamento. Foi o nosso comportamento que botou a economia de volta e pode ser que esse nosso comportamento tenha causado esse repique — afirmou.

O ministro afirmou que ainda é preciso observar se o Brasil está em uma segunda onda de contaminações (como afirmam especialistas em saúde) e em um "repique":

— Nós temos que observar mais tempo.

Guedes afirmou que o "plano A" do governo é a doença "cedendo".

— Hoje, o plano A é: a doença cedendo e economia voltando. O programa termina dia 31 de dezembro, o Brasil está de volta às reformas estruturantes e de volta à normalidade. Se não for essa a realidade, vamos ter que pensar o que nós fazemos.

Ele reforçou que irá garantir o retorno seguro é a vacinação em massa:

— A grande esperança é a vacinação em massa. A vacinação em massa vai garantir o retorno seguro ao trabalho.

Guedes não é o único da equipe econômica que vem relacionando o ritmo da retomada da economia à vacinação. Nesta semana, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, chegou a dizer que investir em vacina sai mais barato que uma possível prorrogação dos auxílios governamentais

Disputa política

Segundo o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, a previsão da pasta é distribuir as vacinas em meados de janeiro. Mas esse processo de distribuição enfrenta resistência dentro do governo, encabeçada pelo presidente da República, Jair Bolsonaro. Ele já afirmou que não vai tomar a vacina.

Na última quarta-feira, o governo incluiu oficialmente a CoronaVac, desenvolvida pela chinesa Sinovac em parceria com o Instituto Butantan, ligado ao governo de São Paulo, no plano de vacinação da Covid.

O imunizante foi motivo do acirramento da disputa política entre Bolsonaro e o governador João Doria, de São Paulo, que anunciou o início da vacinação no estado antes do anúncio do governo federal.

Bolsonaro chegou a desautorizar Pazuello após o ministro firmar um termo de intenção para comprar 46 milhões de doses da CoronaVac. Quando o imunizante teve as pesquisas paralisadas pela

Anvisa, o presidente comemorou. Depois, adotou o discurso de que priorizará qualquer vacina que tenha registro da Anvisa, o órgão de regulação sanitárias brasileiro.

O caso chegou ao Supremo Tribunal Federal. Nesta quinta-feira, a Corte determinou que a obrigatoriedade da vacinação deve ser imposta por meio indireto — ou seja, quem não tomar a vacina pode ser impedido de frequentar determinados lugares, como escolas e transporte público.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 18/12/2020

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

RS TEM MAIS 1.150 KM DE RODOVIAS COM MODELAGEM NO BNDES, DIZ GOVERNADOR

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), destacou que o Estado tem mais 1.150 km de rodovias com modelagem atualmente sendo tocadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). “Voltaremos aqui (B3) para tantas outras concessões”, disse, em fala após o resultado do leilão da RSC-287, na manhã desta sexta-feira, 18.

Segundo o governador, já a partir do ano que vem devem ser ofertados pelo menos outros quatro blocos rodoviários ao mercado.

O consórcio Via Central, da espanhola Sacyr, venceu nesta sexta-feira o leilão da RSC-287, realizado na B3.

A vencedora ofertou tarifa de pedágio de R\$ 3,36, o que representou deságio de 54% na comparação com a tarifa máxima do edital, de R\$ 7,37.

A proposta da empresa foi bastante superior aos concorrentes e, por isso, sequer deu espaço para leilão viva-voz.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 18/12/2020

INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO DESPENCA PARA US\$ 1,5 BILHÃO EM NOVEMBRO

No mesmo mês do ano passado, o montante de investimentos estrangeiros destinados ao setor produtivo no País foi de US\$ 8,7 bilhões

Por Fabrício de Castro e Eduardo Rodrigues, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - Em um ambiente de incertezas sobre o futuro do Brasil, na esteira da pandemia de covid-19, os Investimentos Diretos no País (IDP) somaram US\$ 1,514 bilhão em novembro, informou nesta sexta-feira, 18, o Banco Central. No mesmo período do ano passado, o montante havia sido de US\$ 8,735 bilhões.

No acumulado do ano até novembro, o ingresso de investimentos estrangeiros destinados ao setor produtivo somou US\$ 33,428 bilhões, praticamente a metade do volume que ingressou no mesmo período do ano passado.

A estimativa do BC para este ano é de IDP de US\$ 36 bilhões. Esse valor foi atualizado no último Relatório Trimestral de Inflação (RTI), divulgado na quinta-feira, 17.

O IDP engloba investimentos mais duradouros no País, como em uma nova fábrica ou ampliação da capacidade de uma instalação já existente no país.

Em setembro, em discurso na Organização das Nações Unidas (ONU), o presidente Jair Bolsonaro disse que os investimentos diretos no País aumentaram no primeiro semestre deste ano na comparação com o mesmo período de 2019. "Isso comprova a confiança do mundo em nosso governo", afirmou a outros líderes mundiais.

Os números do próprio BC, no entanto, o desmentem. O Brasil registrou no primeiro semestre de 2020 um total de US\$ 25,3 bilhões de IDP, valor inferior aos US\$ 32,2 bilhões registrados no primeiro semestre do ano passado

Contas externas têm resultado positivo pelo oitavo mês seguido

O resultado das transações correntes ficou novamente positivo em novembro deste ano, em US\$ 202 milhões, informou o BC.

Os dados refletem os efeitos da pandemia, que a partir de março se intensificou no Brasil, reduzindo o volume de importações de produtos. A autarquia projetava para o mês passado superávit de US\$ 1 bilhão na conta corrente.

O resultado de transações correntes, um dos principais do setor externo do País, é formado pela balança comercial (comércio de produtos entre o Brasil e outros países), pelos serviços (adquiridos por brasileiros no exterior) e pelas rendas (remessas de juros, lucros e dividendos do Brasil para o exterior).

A balança comercial registrou saldo positivo de US\$ 2,891 bilhões em novembro, enquanto a conta de serviços ficou negativa em US\$ 1,772 bilhão. A conta de renda primária também ficou deficitária, em US\$ 1,032 bilhão. No caso da conta financeira, o resultado ficou positivo em US\$ 29 milhões.

A estimativa atual do BC é de déficit em conta corrente de US\$ 7 bilhões em 2020, segundo o último Relatório Trimestral de Inflação.

Gastos de brasileiro no exterior caem 73%

A conta de viagens internacionais registrou déficit de apenas US\$ 144 milhões em novembro, segundo o Banco Central. O valor reflete a diferença entre o que os brasileiros gastaram lá fora e o que os estrangeiros desembolsaram no Brasil no período. Em novembro de 2019, o déficit nessa conta foi de US\$ 792 milhões.

Com o dólar mais elevado e a restrição de voos em vários países, os gastos líquidos dos brasileiros no exterior despencaram 81,81% em novembro deste ano. Vale lembrar que a pandemia ganhou corpo a partir de março, quando se intensificaram as restrições de deslocamento entre países.

O desempenho da conta de viagens internacionais no mês passado foi determinado por despesas de brasileiros no exterior, que somaram US\$ 329 milhões - queda de 73,61% em relação a novembro de 2019. O gasto dos estrangeiros em viagem ao Brasil ficou em US\$ 185 milhões no mês passado, o que representa um recuo de 59,42%.

No ano até novembro, o saldo líquido da conta de viagens ficou negativo em US\$ 5,024 bilhões. No mesmo período do ano passado, essa conta era negativa em US\$ 16,097 bilhões.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 18/12/2020

GRUPO ULTRA PÕE À VENDA REDE DE FARMÁCIAS EXTRAFARMA PARA FOCAR EM ÓLEO E GÁS

Companhia contratou o Bradesco BBI para encontrar comprador para a rede de medicamentos; gigante, que é dona dos postos Ipiranga, também está vendendo a indústria química Oxiten

Por Fernanda Guimarães e Fernando Scheller, O Estado de S.Paulo

O Grupo Ultra, conhecido pelo brasileiro pela sua rede de postos de combustível Ipiranga, vai repaginar seu modelo de negócio em 2021 – e, por isso, está colocando grandes negócios fora de seu principal setor, o de óleo e gás, à venda. Além da indústria química Oxiteno, avaliada em US\$ 1,5 bilhão, a gigante também deve se desfazer da rede de farmácias Extrafarma, que hoje tem cerca de 400 lojas e fatura R\$ 1,5 bilhão. A aposta, apurou o Estadão, é que uma grande rede de farmácias fique com o ativo.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/1/8/1608309135081.jpg>

Grupo Ultra é dono dos postos Ipiranga Foto: Rafael Arbex/Estadão

A compra da Extrafarma, há sete anos, por R\$ 1 bilhão, fazia parte dos planos do Ultra de tornar a rede Ipiranga uma espécie de “hub” de varejo, indo além dos combustíveis. A companhia fez uma expansão da Extrafarma em vários de seus postos de combustível, mas, segundo fontes do setor, a empresa não atingiu o porte necessário para concorrer com gigantes como a Raia Drogasil (RD) e

a DPSP (união das drogarias Pacheco e São Paulo). Por isso, ela passou de força consolidadora a candidata a ser adquirida por negócios maiores.

Entre as grandes varejistas, como Pão de Açúcar, Carrefour e Big (ex-Walmart), a aposta nas drogarias próprias também veio perdendo espaço. Apesar de ser considerado um negócio rentável, experiências anteriores também provaram que nem sempre se trata de um setor fácil. O BTG, por exemplo, teve um de seus maiores prejuízos ao formar a BR Pharma, que consolidou várias redes (entre elas a Farmais e a Big Ben – esta última, assim como a Extrafarma, do Pará), mas acabou acarretando um prejuízo bilionário para o banco, até ser vendida por um preço simbólico.

Segundo apurou o Estadão, o mandato de venda da Extrafarma está na mão do Bradesco BBI, enquanto o desinvestimento na Oxiteno ficou a cargo do Bank of America.

Procurado, o Grupo Ultra disse que não tem nada a acrescentar além do fato relevante divulgado na segunda-feira, 14, no qual disse que “avalia continuamente seu portfólio de negócios” e vem direcionando investimentos, de forma prioritária, para fortalecer seu posicionamento na cadeia de óleo e gás no Brasil. Por isso, a empresa afirma que “estão sendo consideradas alternativas estratégicas que assegurem a continuidade da expansão da Oxiteno”. O Bradesco BBI não comentou.

Foco no negócio principal

O Grupo Ultra, segundo fontes, pretende seguir nos negócios onde encontra sinergia, relacionados a ao mercado de óleo e gás, incluindo nesse bloco os postos Ipiranga, a Ultragaz e a Ultracargo. Enquanto desinveste de um lado, o conglomerado prepara com a outra mão o investimento em refino. Tem apetite, por exemplo, na briga pelas refinarias no Sul do País que foram colocadas à venda pela Petrobrás.

A companhia já tinha dado toda a indicação do caminho que seguiria para o seu negócio, em especial quando colocou na mesa seu plano de investimento para o próximo ano. Nele, do total de R\$ 1,891 bilhão de investimentos programados para o ano, cerca de 80% serão destinados aos segmentos ligados ao segmento de óleo e gás.

Na disputa pelas refinarias da Petrobrás, contratou o Morgan Stanley para conduzir o processo e já entregou sua oferta vinculante para a compra das unidades Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná, e Alberto Pasqualini (Refap), no Rio Grande do Sul. Dentre eles, o ativo de grande desejo é a Repar, próxima a São Paulo, o maior mercado de combustíveis do País. A Cosan, que opera os

postos de marca Shell, também está na disputa. O Citi é o assessor da Petrobrás nesse desinvestimento.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 18/12/2020

LEILÃO DA ANEEL MOVIMENTA R\$ 7,3 BI E TEM 'NOVATA' DO SETOR COMO DESTAQUE

Pouco conhecida, a MEZ, que também é dona de uma construtora, comprometeu-se a investir quase R\$ 2,4 bi nas linhas que adquiriu; empresas tradicionais, como Neoenergia, ISA Cteep e Energisa, também arremataram ativos

Por Luciana Collet e Wilian Miron, O Estado de S.Paulo

O leilão de transmissão de energia realizado na última quinta-feira, 17, em São Paulo, atraiu para o setor R\$ 7,34 bilhões em compromissos de investimentos assumidos pelos vencedores. O evento teve participação de 55 empresas, sendo 37 nacionais e 18 estrangeiras. Para o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), André Pepitone, a disputa atesta que o quadro regulatório do setor é considerado seguro por investidores.

Os vencedores do leilão foram as empresas que ofereceram maiores deságios em relação à Receita Anual Permitida (RAP) para os projetos, estimada em R\$ 1 bilhão – nesse caso, o desconto médio foi de 55%. Isso visa a garantir um repasse menor de preços para a conta dos consumidores.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/2/9/1608261550392.jpg>

Leilão de linhas realizado em SP teve participação de 55 empresas. Foto: Ed Ferreira/Estadão

A pouco conhecida MEZ Energia roubou a cena. São da empresa os consórcios Saint Nicholas I e II, que arremataram juntos 5 dos 11 lotes ofertados no certame. Com isso, a empresa se comprometeu em investir R\$ 2,39 bilhões, desbancando transmissoras tradicionais, como ISA Cteep e Taesa, e também elétricas de grande porte, como EDP Energias do Brasil, Energisa, Neoenergia, Eletrobrás e Copel.

No entanto, os três maiores lotes ofertados, que somam mais de R\$ 4 bilhões em investimentos, foram para Neoenergia, ISA Cteep e Energisa.

Em entrevista a jornalistas depois o leilão, o presidente da ISA Cteep, Rui Chammas, explicou o desempenho da companhia, que também fez lances pelos lotes 3 e 8, mas foi superada pela MEZ. Segundo ele, ISA Cteep, tradicional transmissora e que no leilão anterior tinha surpreendido o mercado com descontos elevados, fez “análise disciplinada, profunda, e diligente” dos lotes que disputou, com estudos de engenharia e financeiros.

A ISA Cteep conquistou o segundo maior lote ofertado, com investimento que supera R\$ 1 bilhão. A companhia fez um lance também com deságio elevado, 57,94%, e terá uma receita anual de aproximadamente R\$ 68 milhões quando o empreendimento começar a operar.

Entre as demais empresas tradicionais do setor, a Neoenergia levou o lote 2, o maior do leilão, com quase R\$ 2 bilhões em investimentos previstos. A empresa ofereceu R\$ 159,6 milhões de RAP, deságio de 42,6% em relação ao valor teto. A empresa também disputou outros ativos, mas as propostas não foram tão competitivas.

A Energisa, no último minuto, ofereceu um lance vencedor em disputa viva-voz pelo lote 11, o terceiro maior do leilão, com R\$ 882,2 milhões em investimentos. A empresa ofertou RAP de R\$ 63

milhões, com deságio de 47,37%, para ficar com empreendimentos localizados no Amazonas, sendo que parte deles já estão em operações, mas deverão passar por uma revitalização.

'Novata'

A MEZ Energia foi criada no ano passado por Mauricio Zarzur e Marcos Ernesto Zarzur e possui quatro projetos de transmissão em carteira, totalizando R\$ 715 milhões em investimentos regulatórios. Um deles, localizado na Bahia, foi arrematado no leilão de transmissão do ano passado. Os demais foram adquiridos no mercado "secundário", isto é, junto a outros empreendedores, em Goiás e Rio Grande do Sul.

Com os novos projetos adquiridos no leilão, a companhia vai incorporar em seu portfólio concessões que renderão uma receita anual permitida (RAP) de R\$ 121 milhões. Em um dos lotes, o lance vencedor da MEZ representou deságio de 70,35%.

Em entrevista, a gerente jurídica do grupo MEZ, Kelly Santos, afirmou que a empresa chegou ao certame com uma estratégia agressiva de levar até 7 dos 11 lotes ofertados. "Levamos cinco, então acho que a meta foi alcançada", disse. "A estratégia do grupo é expandir no segmento de transmissão de energia, e hoje demos um grande passo para isso."

Segundo Kelly, a MEZ hoje está no setor de transmissão, mas faz parte do grupo também uma construtora – o que, na visão dela, permite uma operação mais competitiva. Ela frisou que isso ajudaria a explicar as propostas tão abaixo dos valores máximos definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), além de mais competitivas do que a de operadores mais tradicionais no setor.

Para a executiva da MEZ, a postura agressiva também encontra respaldo na experiência dos dois sócios fundadores empresa, originários do grupo Eztec. "Se tem algo que eles entendem é de projeto de construção, eficiência técnica e boa gestão de recursos. É isso que torna a gente tão audacioso como chegamos para o leilão de hoje", afirmou.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 18/12/2020



VALOR ECONÔMICO (SP)

QUATRO TERMINAIS PORTUÁRIOS VÃO A LEILÃO; ASCENSUS, CS BRASIL E TIMAC AGRO LEVAM ÁREAS

Certame foi realizado nesta sexta-feira na B3

Por Taís Hirata, Valor — São Paulo

A Ascensus Gestão e Participações venceu a concorrência para operar um terminal de veículos no Porto de Paranaguá (PR), por 25 anos. O grupo ofereceu uma outorga de R\$ 25 milhões, após uma disputa por viva-voz em leilão na B3 — o lance inicial havia sido de R\$ 5 milhões.

O grupo superou outros dois concorrentes: o Consórcio Interalli/Marcon e a CS Brasil.

O investimento previsto é de R\$ 22,2 milhões para construir a estrutura no local, que tem 74 mil m² e capacidade para cerca de 4 mil vagas.

O terminal é um dos quatro em concorrência realizada nesta tarde na B3. Pela manhã, a bolsa já abrigou o leilão de uma rodovia estadual. Os outros terminais portuários estão localizados nos portos de Aratu (BA) e Maceió (AL).

A CS Brasil Transporte de Passageiros e Serviços Ambientais, empresa do grupo JSL, arrematou o terminal de granéis sólidos minerais no Porto de Aratu, com um lance único, de R\$ 10 milhões de outorga. O terminal tem uma área de 152 mil m² e demandará R\$ 245 milhões de investimentos ao longo dos 25 anos de arrendamento.

A CS Brasil também venceu o leilão pelo terminal de granéis sólidos vegetais no Porto de Aratu, em um terreno de 52 mil m², com uma oferta de R\$ 52,5 milhões de outorga. Com um contrato mais curto, de 15 anos, os investimentos deverão somar R\$ 120 milhões.

O vencedor foi definido após uma longa disputa por viva-voz entre os três grupos interessados em operar o terminal: além da CS Brasil, Intermarítima Portos e Logística e Cejen Engenharia. Nessa etapa, em que os proponentes têm a oportunidade de elevar suas ofertas iniciais, todos os três deram lances, mas a concorrência mais acirrada foi entre CS Brasil e Intermarítima.

A Timac Agro venceu a disputa pelo terminal de granéis líquidos no Porto de Maceió (AL). O grupo foi o único interessado pelo terminal, e ofereceu uma outorga de R\$ 50 mil no leilão desta sexta-feira.

om área de 8 mil m², o foco do empreendimento será a movimentação de granéis líquidos, especialmente ácido sulfúrico. A demanda por produtos químicos na região é impulsionada pelo Polo Cloroquímico de Alagoas, na cidade de Marechal Deodoro (AL). O investimento previsto no contrato de 25 anos é de R\$ 12,7 milhões.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 18/12/2020

ELETOBRAS, CORREIOS, PPSA E PORTO DE SANTOS “SÃO PRIVATIZAÇÕES ÓBVIAS”, DIZ GUEDES

Ministro também disse que Bolsonaro pediu para deixar a venda da Ceagesp “para depois”

Por Edna Simão, Mariana Ribeiro e Lu Aiko Otta, Valor — Brasília

O ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a afirmar nesta sexta-feira que a prioridades de privatização para 2021 são as da Eletrobras, dos Correios, da PPSA e do Porto de Santos. “São quatro privatizações óbvias conversando com nossos eixos políticos meses atrás”, disse durante a entrevista coletiva em que fez um balanço das ações do governo em 2020.

No caso da Eletrobras, Guedes destacou que a empresa precisa de um investimento anual de R\$ 17 bilhões e tem a capacidade de fazer apenas R\$ 3, 7 bilhões, lembrando que o desafio é a geração. Para ele, privatizada, a companhia terá condições de fazer o investimento necessário para ser competitiva, já que o governo está com “uma tremenda dificuldade fiscal”.



[https://s2.glbimg.com/DFkoPSPXEOnYHzyEigOJPNLCU-U=/0x0:1024x608/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/i/H/ql63v8T7Gfv3shqlyCug/marcelo-camargo-agencia-brasil-2.jpg](https://s2.glbimg.com/DFkoPSPXEOnYHzyEigOJPNLCU-U=/0x0:1024x608/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/i/H/ql63v8T7Gfv3shqlyCug/marcelo-camargo-agencia-brasil-2.jpg)

Paulo Guedes — Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Sobre os Correios, ele afirmou que é preciso salvar a empresa antes que ela perca a funcionalidade. Na avaliação dele, com a privatização, é possível assegurar o pagamento das aposentadorias dos funcionários. “Carteiros têm aposentadoria ameaçada”, disse. Lembrando do escândalo do “mensalão”, ele disse que a privatização dos Correios seria uma resposta à corrupção e à obsolescência.

Sobre a venda da PPSA, disse que trabalho executado hoje pela companhia é “patético” e “um pretexto para corrupção”. Segundo ele, os contratos existentes nas empresas podem chegar a R\$ 100 bilhões.

Ele voltou a dizer que “houve problemas nas privatizações” e admitiu que houve resistências dentro do próprio governo. “[Entre] nós, ministros, é normal cada um defender seu espaço de atuação”, disse. No entanto, insistiu que existe um acordo de “centro-esquerda” na Câmara que impediu as privatizações

Ceagesp

O ministro disse que o presidente Jair Bolsonaro pediu para deixar para depois a venda da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp). É direito do presidente, pois ele foi eleito, disse Guedes. “Tenho outras coisas para privatizar.”

“O presidente disse que tem muita roubalheira lá. Disse que, antes de privatizar, precisa dar uma limpada lá”, justificou.

O ativo está numa área nobre de expansão imobiliária e pode valer R\$ 40 bilhões, disse o ministro. “Num programa de privatização, pode dar propriedade de box para quem está lá”, disse. Seria a democratização do capital público. A privatização pode ser feita com uma ganha-ganha.”

Nesta semana, Bolsonaro participou da reinauguração da Torre do Relógio da Ceagesp, na Zona Oeste de São Paulo, e, ao discursar, afirmou que “que nenhum rato vai sucatear [o entreposto] pra privatizar pra seus amigos”.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 18/12/2020

GREVE NA ARGENTINA MANTÉM 85 NAVIOS ATRACADOS E 44 À ESPERA DE LIBERAÇÃO PARA EMBARQUE DE FARELO

Cerca de 4,5 milhões de toneladas da produção agrícola do país estão paradas na costa

Por Fernanda Pressinott, Valor — São Paulo

As greves por aumento de salários continuam a paralisar as atividades de tradings agrícolas em polos portuários no Rio Paraná e na costa do Atlântico na Argentina. De acordo com o grupo de esmagamento e exportação Ciara-Cec, 85 navios estão atracados nos portos sem poder carregar farelo de soja e trigo que chegam das fazendas. Outros 44 navios aguardam liberação.

Com os atrasos, 4,5 milhões de toneladas da produção agrícola argentina estão presas na costa do país, o que custa ao banco central US\$ 50 milhões por dia e outros US\$ 50 milhões para empresas que pagam taxas extras de logística, disse o porta-voz da Ciara-Cec Andrés Alcaraz, em entrevista à agência Bloomberg.

As negociações salariais entre a Ciara-Cec – cujos membros incluem o quarteto de tradings agrícolas conhecido como ABCD – e dois sindicatos de esmagadoras de soja chegaram a um impasse. Os dois grupos e inspetores de grãos decidiram manter a greve ontem.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 18/12/2020

NA FALTA DE LEILÕES, MERCADO LIVRE SUSTENTA VENDA DE EQUIPAMENTOS

Demanda por energia renovável aumenta a construção de novos ativos, em especial nas áreas de eólica e solar

Por Genilson Cezar — Para o Valor, de São Paulo



[https://s2.glbimg.com/LYtyTffHGarB3p4H8CZkXQ4qA5w=/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/7/2/TaT7A5QSW8jOdIG9AVBQ/foto18rel-301-fornece-f6.jpg](https://s2.glbimg.com/LYtyTffHGarB3p4H8CZkXQ4qA5w=/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/7/2/TaT7A5QSW8jOdIG9AVBQ/foto18rel-301-fornece-f6.jpg)

André Clark, da Siemens Energy: impacto positivo nos negócios dos fabricantes de equipamentos para energia — Foto: Divulgação

André Clark, general manager da Siemens Energy Brasil, um dos maiores fornecedores mundiais de tecnologia energética, com um portfólio que inclui turbinas a gás e a vapor, usinas híbridas operadas com hidrogênio, geradores e transformadores. Segundo ele, apesar de não terem ocorridos leilões de geração este ano, o mercado livre continuou a realizar contratos de compra de energia renovável, novos PPAs (em inglês Power Purchase Agreement), criando demandas para a construção de novos ativos, em especial nas áreas de eólica e solar.

A atual onda de crescimento do mercado livre de energia elétrica no país teve impacto positivo nos negócios dos fabricantes de equipamentos para o setor, de uma maneira em geral, avalia

“Isso também fez com que os parques solares e eólicos crescessem de tamanho e magnitude, exigindo equipamentos de maior porte e responsabilidade”, diz. “O fato é que a demanda por esse tipo de equipamento atravessou o ano de 2020 de forma muito satisfatória”, afirma. Um dos projetos mais importantes da Siemens é a construção da usina Energia de Gás Natural Açú (GNA 1) em Porto de Açú, no Estado do Rio, com capacidade de 1,3 gigawatts (GW), com previsão para operar em 2021.

Para Roberto Veiga, presidente do Conselho de Energia Eólica e do GT de Energia Solar Fotovoltaica da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas (Abimaq) o mercado livre impulsiona principalmente a indústria de equipamentos para geração de energia de fontes renováveis, porque proporciona melhores valores por MWh se comparados com os valores dos leilões de energia do mercado regulado. “O gerador recebe mais por MWh no mercado livre do que no regulado e isso incentiva e viabiliza novos investimentos em usinas de geração de energia, o que aumenta a demanda por equipamentos no mercado”, diz.

Embora represente um percentual ainda pequeno no total da receita líquida do grupo Weg (R\$ 4.801,3 milhões no terceiro trimestre de 2020), os contratos relacionados com o mercado livre de energia vêm crescendo bastante, aponta João Paulo Gualberto da Silva, diretor superintendente da Weg Energia, a divisão do grupo que fabrica aerogeradores. “A Weg TD, divisão que produz transformadores e subestações, tem firmado muitos contratos no mercado livre para usinas eólica e solar, mas na Weg Energia, 25% das vendas da empresa já estão relacionados ao mercado livre”, afirma.

Em 2020, a Weg desenvolveu importantes projetos para o setor de energia, de forma geral, como a substituição de 21 transformadores de potência na Usina Hidrelétrica Ilha Solteira, parte do programa de modernização que vem sendo realizado pela CTG Brasil, empresa privada geradora de energia renovável. O projeto de modernização das usinas da CTG Brasil deve ser concluído até 2027, com investimento total de R\$ 3 bilhões.

A espanhola STI Norland, que fabrica equipamentos para a construção e montagens de usinas solares fotovoltaicas, em Camaçari (BA), apresentou “crescimento exponencial e ótima performance financeira”, aponta Javier Reclusa, CEO da subsidiária brasileira.

No primeiro trimestre, a companhia alcançou um recorde de R\$ 700 milhões em novos pedidos e a expectativa é terminar 2020 com um faturamento de R\$ 1 bilhão. Atualmente, a empresa desenvolve 40 projetos, entre os quais o parque de energia solar no município de Pereira Barreto (SP), da portuguesa EDP Energias, uma usina solar de 465 MW do grupo Pátria Investimentos, na Bahia, e todos os projetos da Canadian Solar no Brasil. “Estamos em um mercado em expansão, o Brasil

como um todo tem investido cada vez mais em energias renováveis, especialmente eólica e solar”, afirma.

Júlio Martins, vice-presidente de power systems da francesa Schneider Electric no Brasil, acredita que o amadurecimento do mercado livre de energia vai exigir maior competitividade da produção industrial. Por isso, assinala, a companhia investe na modernização da sua planta industrial em Blumenau (SC). “Nos próximos três anos, o objetivo é fazer com que nossa fábrica na região se torne uma smart factory, ou seja, referência no uso de tecnologias digitais na indústria 4.0”, afirma o executivo.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 18/12/2020

COSAN VAI LUTAR PELA GASPETRO E RETOMAR IPO DA COMPASS

Grupo consolida projetos importantes nos negócios das empresas controladas e vislumbra em 2021 um ano com oportunidades para manter crescimento no Brasil

Por Stella Fontes e Ivo Ribeiro — De São Paulo



[https://s2.glbimg.com/Npam5fqbkR4-thZguCLlBwO9-A=/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AU/TH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/H/K/SWb0MbTee41OpFUf73Kg/foto18emp-101-cosan-b3.jpg](https://s2.glbimg.com/Npam5fqbkR4-thZguCLlBwO9-A=/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AU/TH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/H/K/SWb0MbTee41OpFUf73Kg/foto18emp-101-cosan-b3.jpg)

Luis Henrique Guimarães, presidente do grupo Cosan: “Foi um ano [2020] muito duro e complexo, mas o desempenho nos deixa bastante felizes” — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

A pandemia de covid-19 e seus efeitos na economia não mudaram os planos da Cosan, que encerra 2020 com grandes projetos arrematados e outros em curso e a perspectiva de que o próximo ano será positivo.

“2021 vai ser um bom ano. O Brasil tem boas condições com a aprovação das reformas administrativa e tributária”, disse ao Valor o presidente da Cosan, Luis Henrique Guimarães.

A conclusão da reorganização societária, com a simplificação da estrutura do grupo, está entre os pontos relevantes. Outros, apontou, são o início das operações no trecho central da ferrovia Norte-Sul; a abertura de capital da Compass - se as condições de mercado estiverem adequadas -; e a etapa de ofertas vinculantes pelas refinarias da Petrobras no Sul e, até, em outras regiões do país.

CEO da companhia diz que sustentabilidade e digitalização ganharam enorme relevância na estratégia de negócios

Ainda no terreno dos grandes projetos de curto prazo, o grupo espera que a desclassificação da oferta da Compass, empresa de gás e energia constituída há menos de um ano, no processo de oferta de compra da Gaspetro seja revista pela Petrobras e órgãos reguladores. E já avalia a expansão da capacidade produtiva de biogás, que ampliou o portfólio de energias renováveis da controlada Raízen Energia (empresa voltada à produção de açúcar, etanol e geração de energia a partir de biomassa).

A reorganização societária, um dos movimentos mais aguardados pelo mercado, pode ser concluída ainda no primeiro trimestre. Com a eliminação das holdings Cosan Limited (CZZ) e Cosan Logística (RLOG), o grupo passará a ter uma única holding, a “nova Cosan (CSAN)”, sob a qual estarão as quatro empresas operacionais, todas listadas em bolsa em algum momento: Compass, Raízen, Rumo e Moove, esta última de fabricação de lubrificantes. A listagem de Raízen e Moove dependerá de acordos com as sócias Shell e o fundo CVC Capital Partners, respectivamente.

O grupo informou ontem que as relações de troca de ações, propostas por comitês independentes, foram aprovada e as assembleias de acionistas que vão deliberar sobre a operação devem ser



convocadas nos próximos dias. A holding terá ADRs (do inglês American Depositary Receipt) negociados nos Estados Unidos.

Na Raízen Combustíveis, operação que mais sofreu com a crise sanitária, o volume de vendas mostrou forte recuperação no terceiro trimestre e a expectativa era de continuidade desse movimento. O ciclo Otto (gasolina e etanol), que ainda sentiu no trimestre o impacto da covid-19, já está muito perto de alcançar os níveis pré-pandemia - o segmento de recuperação mais lenta será o querosene de aviação. O diesel já compensou todo o impacto negativo.

Na comparação com o segundo trimestre, a receita do grupo avançou 43,6%, a R\$ 19,5 bilhões, com a retomada na distribuição de combustíveis. Em nove meses, a receita líquida consolidada alcançou R\$ 52,7 bilhões, queda de 10,4% ante igual período de 2019. "Foi um ano muito duro e complexo, mas o desempenho nos deixa bastante felizes", disse.

Na Rumo uma das principais conquistas foi a renovação antecipada da Malha Paulista, ferrovia que liga o Centro-Oeste ao Porto de Santos e é essencial para o escoamento da produção de grãos, por mais 30 anos. A concessionária de ferrovias e terminais portuários da Cosan acaba de anunciar que vai emitir R\$ 1 bilhão em debêntures para investir na controlada, em um projeto que vai dobrar a capacidade de transporte de grãos.

Na malha central da Norte-Sul, que vai abrir novas perspectivas para o mercado do Centro-Oeste, os primeiros trens começarão a rodar em janeiro, com antecipação de seis meses frente ao cronograma original. Diante da elevação da capacidade de transporte, o passo seguinte, de acordo com Guimarães, deve passar pela eliminação de gargalos no Porto de Santos.

Alguns movimentos já foram feitos. No fim de novembro, Rumo e DP World (de contêineres) assinaram um memorando de entendimento para estudar a instalação de um novo complexo para exportação de grãos e importação de fertilizantes na margem esquerda do porto. Em relação ao porto santista, o executivo destaca como ponto positivo a condução de estudos por parte do governo para privatização. "Há um alinhamento dos astros que fará as coisas acontecerem", disse.

A Compass, por sua vez, está pronta para a oferta pública de ações (IPO, na sigla em inglês) e aguardava uma janela para retomar a operação cancelada em setembro. Neste momento, busca entender junto aos órgãos reguladores o que levou à desclassificação de sua proposta de compra da Gaspetro, holding com participações em 19 distribuidoras de gás, e pretender permanecer na disputa. "No nosso entendimento, temos as credenciais necessárias", disse o executivo. A Comgás, maior distribuidora de gás natural canalizado do país, agora integra a Compass Gás & Energia.

Sustentabilidade e digitalização, conforme Guimarães, são palavras de ordem no grupo. A primeira planta de biogás da Raízen Energia, com capacidade para 21 megawatts (MW), foi inaugurada em outubro - três meses antes do prazo inicialmente previsto - e há planos de crescer nesse segmento. Para Goiás e Mato Grosso e no norte do Paraná, onde o gás natural demoraria a chegar, a avaliação é que o biometano pode ser a alternativa mais atraente. "O Brasil não pode perder a oportunidade verde, de se tornar o celeiro sustentável do mundo", acrescentou o executivo.

A pandemia também levou o grupo a acelerar sua jornada digital. Um dos movimentos mais recentes foi o investimento na Trizy, que desenvolveu um aplicativo com serviços dedicados a caminhoneiros, embarcadores e frotistas. Em 2020, foram movimentados mais de R\$ 1,5 bilhão em fretes na plataforma. Os números também são expressivos no Comgás Virtual, aplicativo com 1 milhão de transações ao mês, e no Shell Box, hoje um das maiores plataformas de comércio eletrônico do país, com mais de 2 milhões de transações ao mês - grande operação online de combustíveis.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data : 18/12/2020



G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO

TERMINAL HIDROVIÁRIO DE SANTARÉM DEVE FICAR PRONTO NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2021, DIZ CPH

De acordo com o presidente da Companhia de Portos e Hidrovias (CPH) Abraão Benassuly, 81% das obras já foram executadas.

Por G1 Santarém — PA



[https://s2.glbimg.com/xjeuz9H1o8AKoW7SPJLla47xAjw=/0x0:1560x720/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_59edd422c0c84a879bd37670ae4f538a/internal_photos/bs/2020/l/d/ODqRh6TT6ZDQh6PZDlpQ/screenshot-20201217-182223.png](https://s2.glbimg.com/xjeuz9H1o8AKoW7SPJLla47xAjw=/0x0:1560x720/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_59edd422c0c84a879bd37670ae4f538a/internal_photos/bs/2020/l/d/ODqRh6TT6ZDQh6PZDlpQ/screenshot-20201217-182223.png)

Terminal Hidroviário de Santarém está com 85% das obras concluídas — Foto: Agência Pará/Divulgação

Em visita às obras do Terminal Hidroviário de Passageiros e Cargas de Santarém, oeste do Pará, na tarde desta quinta-feira (17), o presidente da Companhia de Portos e Hidrovias do Pará (CPH), Abraão Benassuly disse que o terminal deve ser concluído no primeiro semestre de 2021.

“O cronograma das obras está em dia. Hoje estamos com 85% das obras concluídas e nossa expectativa é poder entregar o terminal hidroviário de Santarém em junho de 2021. A população de Santarém pode se preparar para ganhar esse presente no dia do aniversário da cidade, que é dia 22 de junho. Com a entrega do terminal, vamos fomentar o turismo e a geração de empregos, assim como a integração do Baixo Amazonas por meio do modal hidroviário, a partir de Santarém. É uma obra de excelente qualidade e que vai mudar a vida da população”, destacou Benassuly.

No momento, os operários trabalham na pavimentação do terminal, pintura, instalações elétricas, assentamento de porcelanato, montagem da estrutura das rampas metálicas de acesso aos flutuantes, além da finalização das rampas e nos acabamentos em geral.

O terminal terá 3,6 mil metros quadrados de área construída, 16 guichês para venda de bilhetes, guarda-volumes, sistema de climatização, banheiros masculino, feminino e para pessoas com deficiência, farmácia, três lanchonetes e restaurante. A sala de embarque vai contar com 1.205 cadeiras e rede wifi gratuito para os usuários.

Haverá, ainda, espaços para instalação de lojas e quiosques, e salas para órgãos de segurança e justiça, como Polícia Militar, Conselho Tutelar e Agência de Regulação e Controle dos Serviços Públicos do Pará (Arcon). Já o terminal de cargas terá um galpão com mais de 6 mil metros quadrados. A construção do terminal também representa a criação de postos de trabalhos, com a geração de 700 empregos diretos e 150 indiretos na região.

Para auxiliar no embarque e desembarque de passageiros, o espaço terá rampa metálica biarticulada, passarela coberta em concreto, e flutuante com oito fingers, para atraque das embarcações. Na área externa, o terminal vai dispor de estacionamento com 5,8 mil metros quadrados e vagas para carros, motocicletas e bicicletas, além de pontos para táxis e ônibus.

Também participaram da visita ao terminal o engenheiro da CPH, Diogo Marques e o secretário de Integração Regional do Oeste do Estado, Henderson Pinto.

Fonte: G1 – O Portal de Notícias da Valor Econômico - SP

Data : 18/12/2020



AGÊNCIA BRASIL - DF

O NOVO MINISTRO DO TURISMO, GILSON MACHADO, O SENADOR FERNANDO COLLOR, E O PRESIDENTE DA

Por *Andreia Verdélio* – Repórter da Agência Brasil - Brasília

Novo ministro espera que governantes não decretem lockdown
Bolsonaro deu posse hoje a Gilson Machado no Ministério do Turismo



https://imagens.ebc.com.br/4kri6l_Z0VkWlxaVnKuESCF-oX0=/1170x700/smart/https://agenciabrasil.ebc.com.br/sites/default/files/thumbnails/image/turismo_fcpzzb_1712203524.jpg?itok=izhY6EqM
© *Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil*

O novo ministro do Turismo, Gilson Machado, fez um apelo hoje (17) para que governadores e prefeitos não decretem lockdown (fechamento total) das atividades, em razão da pandemia de covid-19. “O trade (atividades do setor do turismo) não aguenta a decretação de

um segundo lockdown. O empresário do turismo, que gera emprego e renda, hoje tem mais medo de um decreto que da própria doença. Então, isso é um apelo que eu faço nesse momento”, disse, durante sua cerimônia de posse, no Palácio do Planalto.

Machado citou o caso do município de Búzios, no Rio de Janeiro, onde a Justiça determinou o fechamento de hotéis e praias devido ao aumento de casos de covid-19. O Brasil já ultrapassou 7 milhões de infectados pelo novo coronavírus. De acordo com o último boletim divulgado ontem (16) pelo Ministério da Saúde (MS), nas 24 horas anteriores, foram registradas 70.574 novas infecções por covid-19. O número de infecções supera muito o do boletim divulgado na terça-feira (15), quando foram registradas 42,8 mil pessoas infectadas.

Por outro lado, segundo Machado, já o governador de Pernambuco, Paulo Câmara, garantiu que não haverá lockdown no estado. Para o ministro, o Brasil já vê uma recuperação econômica no turismo, já que, os turistas brasileiros que antes viajavam para o exterior, hoje estão viajando dentro do Brasil. “E quem fala isso são os números, somos hoje o país da América Latina que tem o maior potencial de crescimento e a melhor velocidade de retomada de crescimento e o turismo, para isso, tem um papel importantíssimo”, disse.

Segundo Machado, as companhias aéreas já registram recuperação de 400% da malha aérea e, comparado ao ano passado, 80% das rotas já foram reativadas devido ao turismo interno. “Em Recife, por exemplo, o aeroporto já demonstra movimento maior do que de 2019 e as taxas de ocupação de pousadas e hotéis estão subindo a cada mês”, comemorou.

O presidente Jair Bolsonaro deu posse a Machado para o lugar de Marcelo Álvaro Antônio, que foi exonerado do cargo no último dia 10 de dezembro. Antônio vai reassumir o mandato de deputado federal, no Congresso Nacional, do qual se licenciou para assumir a pasta do Turismo, em 2019.

Bolsonaro agradeceu o empenho do ex-ministro e disse que ele “marcou a história do turismo brasileiro”. “Ele deu tudo de si, passou um momento difícil no corrente ano com a pandemia, onde o primeiro setor atingido foi do turismo. Os fluxos internacionais praticamente deixaram de existir e os

fluxos internos também foram reduzidos bastante. E o reflexo estava na rede hoteleira”, destacou o presidente.

Já Gilson Machado deixa o comando da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), cujo cargo de diretor-presidente passa a ser ocupado por Carlos Alberto Gomes de Brito.

Edição: Valéria Aguiar
Fonte: Agência Brasil - DF
Data : 18/12/2020

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

WILSON SONS CONSTRUIRÁ 6 REBOCADORES A PARTIR DO 1º TRIMESTRE DE 2021

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 18 Dezembro 2020



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/201218-wilson-sons-estaleiros-guaruja.jpg>

Arquivo/Divulgação WS

Novas embarcações serão construídas nos estaleiros do grupo no Guarujá (SP) e terão novo projeto da Damen Shipyards. Primeira unidade está prevista para ser entregue no primeiro trimestre de 2022. Para essa série, a empresa prevê a contratação de 50 profissionais.

A Wilson Sons vai construir uma série de seis rebocadores a partir do primeiro trimestre de

2021. As novas embarcações serão construídas nos estaleiros do grupo no Guarujá (SP) e terão novo projeto da Damen Shipyards. Os rebocadores terão 80 toneladas de tração estática (bollard pull), 25 metros de comprimento e 13 metros de boca, com notação de classe Escort Tug. As novas unidades vão ampliar a frota da companhia, que hoje é de 80 rebocadores.

A empresa destacou que a nova série contribuirá para renovação da frota e facilitará o apoio aos navios de grande porte que passarão a fazer escalas nos próximos anos, nos portos brasileiros. “Também estaremos preparados para as oportunidades de negócios na indústria de óleo e gás, como operações de GNL [gás natural liquefeito] e terminais dedicados”, contou o diretor da unidade de negócios de rebocadores da Wilson Sons, Rodrigo Bastos.

O diretor-executivo dos estaleiros da Wilson Sons, Adalberto Souza, explicou que o novo modelo possui os mais modernos equipamentos disponíveis no mercado e garante o alto nível de segurança às manobras portuárias. Outra novidade do projeto da Damen, parceiro da Wilson Sons há mais de 25 anos, é a certificação IMO Tier III, que atesta a eliminação das emissões de óxidos de nitrogênio (NOx) pelas embarcações. De acordo com Souza, as novas unidades estarão em conformidade com as exigências de algumas regiões do mercado norte-americano e europeu. “O Tier III é um grande diferencial desse projeto. Apesar de não ser exigido no Brasil, mostra o quanto estamos na vanguarda da indústria naval brasileira”, destacou.

O primeiro rebocador está previsto para ser entregue no primeiro trimestre de 2022. A expectativa é que uma nova embarcação seja finalizada a cada quatro meses até 2024. Para essa série, a Wilson Sons prevê a contratação de 50 profissionais. “Estamos bastante otimistas com esse projeto, que representa um impulso para a construção naval”, salientou o diretor-executivo dos estaleiros da Wilson Sons.

Na 45ª reunião ordinária, realizada no dia 1º de dezembro, o Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM) prioridade de financiamento à Wilson Sons, no valor de R\$ 252,4 milhões, para a construção de cinco rebocadores de 80 TTE (toneladas de tração estática), sendo uma unidade com sistema de combate a incêndio (Fifi), no estaleiro do grupo no Guarujá (SP).

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 18/12/2020

PORTOS PREVEEM CRESCIMENTO NA CABOTAGEM COM BR DO MAR

Por *Dérika Virgulino PORTOS E LOGÍSTICA 18 Dezembro 2020*



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/180329-navio-porta-conteiner-cabotagem.jpg>

Arquivo

Dentro da realidade específica dos portos, a expectativa é de crescimento próximo ou um pouco menor aos 40% previstos pelo governo com o projeto.

O Projeto de Lei (PL 4199/2020), BR do Mar, prevê o crescimento no número de empresas atuando no setor, ampliando a competitividade. A expectativa do governo é

de que a cabotagem cresça em torno 40% no país. Já os portos, considerando seus próprios contextos preveem um crescimento próximo aquele ou um pouco mais tímido nos serviços de cabotagem, embora significativo em relação ao contexto atual.

A Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) acredita que o programa irá proporcionar ganhos à cabotagem, tanto para contêineres quanto granéis. No entanto, ao olhar o comportamento histórico da companhia, a expectativa é que o crescimento seja mais tímido. O grande impulso poderá ocorrer nos eventuais contratos firmados entre os terminais e armadores, uma vez que as janelas de atracação são um importante subsídio contratual.

Para a administração portuária, o BR do Mar vem para agregar na obtenção de novas cargas, principalmente, buscando alternar as cargas atualmente transportadas por rodovias.

O Porto de Suape também acredita que o projeto tenha o poder de impulsionar de “forma consistente” o crescimento no volume da cabotagem, em especial de contêineres. De acordo com a Autoridade Portuária, a princípio, espera-se um aumento da capacidade das linhas já existentes, com novos navios chegando ao serviço neste segmento. Teoricamente, os navios hoje utilizados poderiam ser desbloqueados para rotas inexploradas, mas isso, segundo o presidente do porto, Leonardo Cerquinho, depende também da evolução dos terminais de contêineres em portos menores.

Suape é o maior porto de cabotagem do país. Porém, Cerquinho avalia que ainda existe espaço para aumentar as rotas, em especial para a movimentação dentro da região Nordeste. Isso consolidaria o porto como um hub port da região. “Neste sentido, a expansão da oferta de navios é positiva para a vocação natural do porto”, frisou Cerquinho.

De acordo com o gerente de negócios portuários do complexo de Pecém, Raul Viana, o porto acompanha a expectativa de crescimento do governo federal. Segundo ele, o projeto é positivo para o desenvolvimento da cabotagem e, conseqüentemente, para a movimentação entre cargas de Pecém e outros portos brasileiros. Ele disse que com a aprovação do projeto, estima-se um crescimento entre 30% a 40%. “Acreditamos na atração de mais empresas, no incremento da oferta do serviço e no incentivo à concorrência”, afirmou Viana.

O Porto de Pecém iniciou este mês de dezembro a sétima e nova linha regular de cabotagem. Após formalização de parceria entre a companhia de navegação Norsul, o porto passou conectar-se diretamente com o porto de Praia Mole, no Espírito Santo. Segundo Viana, o objetivo é ampliar a movimentação de cargas entre Sudeste e Nordeste do país.

A cabotagem representa atualmente a maior parcela de movimentação do Pecém. Entre janeiro e novembro de 2020 foram movimentados mais de oito milhões de toneladas via cabotagem. De acordo com o gerente de registro e armazenagem do porto, Paulo Roberto Teixeira os bons resultados se devem ao histórico de benefícios que o porto concede para o segmento desde a inauguração, em 2002. Além disso, segundo ele, a Autoridade Portuária também já pratica preços competitivos.

Apesar disso, Viana afirmou que o porto defende algumas ações que podem trazer redução da burocracia, entre elas estão: a unificação na interpretação e aplicação das leis pelos órgãos anuentes e estudos dos gargalos específicos por região, com criação de comissões para análise, planejamento execução e fiscalização.

A CDRJ avalia que caso as liberações das cargas oriundas da cabotagem fossem automáticas, por parte dos órgãos intervenientes, poderia resultar em ganhos expressivos na cadeia logística. A companhia afirmou que, buscando impulsionar a cabotagem, já aplica desconto de 50% nas modalidades tarifárias dos quatro portos administrados pela empresa.

Em Suape, segundo o presidente, existem atualmente valores diferenciados de transbordo de cargas que seguirão via cabotagem, tanto na tabela pública quanto em alguns contratos de arrendamento. Além disso, o porto também prevê de futuros reequilíbrios contratuais a diferenciação de valores pagos ao Suape entre cargas de longo curso e cabotagem.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/12/2020

SETOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PREVÊ CRESCIMENTO DE 6,9% EM 2021

Por Dérika Virgulino ECONOMIA 18 Dezembro 2020



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/170202-quindaste.jpg>

Arquivo

Equipamentos aplicados em grandes projetos, incluindo no setor portuário, foram importantes para o enfrentamento dos piores momentos da pandemia.

Após intensa queda no início da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), o setor de máquinas e equipamentos vem registrando, a partir do mês de julho deste ano, um desempenho positivo. Em outubro a melhora nos resultados anulou a queda naquele período. Até o final de 2020, a expectativa é de crescimento de 2% nas vendas totais. Já para 2021 espera-se um aumento de 6,9%, dependendo do controle das infecções pela Covid-19.

De acordo com a diretora de competitividade, economia e estatística da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Maria Cristina Zanella, o resultado obtido este ano foi importante, mas ainda muito abaixo das necessidades do país que há anos vem registrando encolhimento da taxa de investimentos.



A melhora no desempenho das vendas a partir da metade do ano foi puxada, segundo ela, por atividades não impactadas pela pandemia, como é o caso do setor agrícola, que novamente apresentou crescimento na safra e das atividades fabricantes de bens de consumo.

No caso das exportações, ela afirmou que já não vinham bem desde meados de 2019, em razão da desaceleração das atividades dos principais parceiros internacionais do setor. Em 2020 houve uma redução de 26%. A Abimaq visualiza que as exportações próximo também devem apresentar uma recuperação, mas ainda com taxas bem inferiores às necessárias para anular a queda sofrida este ano.

De acordo com o presidente da Câmara Setorial de Projetos e Equipamentos Pesados (CSPEP) da Abimaq, Wagner Setti, destacou que os equipamentos industriais de ciclo longo, aqueles aplicados em grandes projetos incluindo no setor portuário, foram importantes para o enfrentamento dos piores momentos da pandemia. Isso foi fruto da carteira de pedidos construída anteriormente à pandemia e que não foram paralisados. Equipamentos portuários como guindastes, empilhadeiras, transportadoras, estão entre aqueles que apresentaram bons resultados.

Por outro lado, ele afirmou que os equipamentos industriais de ciclo curtos, ou seja, de menor porte, alguns utilizado nos portos, tiveram fortes impactos no primeiro semestre do ano. Porém, já vêm apresentando boas tendências de recuperação. Para 2021 ele avalia que as perspectivas são mais animadoras.

“Fatores como a chegada da vacina, agenda de reformas estruturais, retomada dos Leilões (Energia, Portuário, Óleo e Gás, etc) devem contribuir para a recuperação do segmento de Equipamentos Industriais, o que significa retomada “quase plena” dos níveis atingidos em 2019”, frisou Setti.

Apesar de os equipamentos de pequeno porte terem apresentado impactos significativos em razão da pandemia, a empresa Rayflex, especializada em portas, incluindo para o setor portuário, deve fechar o ano com um aumento de 12% nas vendas. De acordo com a CEO da empresa, Giordania Tavares, o bom desempenho foi em razão de que alguns projetos foram continuados, ou seja, contratos assinados antes da doença chegar ao Brasil. Para os portos, o destaque foi na venda de portas de armazéns, frigoríficos e separadores de ambiente. A expectativa é que o setor cresça 10% ao ano.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/12/2020



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercoshipping.com.br).

Fonte : InforMS

Data : 20/04/2006